



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

CAMPUS DE LARANJEIRAS DO SUL

CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ADRIANA APARECIDA RIBEIRO

**RELAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS COM O PIB E O
DESEMPREGO NO ESTADO DO PARANÁ**

LARANJEIRAS DO SUL-PR

2017

ADRIANA APARECIDA RIBEIRO

**RELAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS COM O PIB E O
DESEMPREGO NO ESTADO DO PARANÁ**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na
Universidade Federal da Fronteira Sul como requisito
básico para a conclusão do Curso de Ciências
Econômicas.**

**Orientador (a): Professor Ms: JOÃO ARAMI M.
PEREIRA**

LARANJEIRAS DO SUL-PR

2017

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

Ribeiro, Adriana Aparecida

RELAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS COM O PIB E O
DESEMPREGO NO ESTADO DO PARANÁ/ Adriana Aparecida
Ribeiro. -- 2017.

62 f.:il.

Orientador: João Arami M. Pereira.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Ciências
Econômicas , Laranjeiras do Sul, PR, 2017.

1. Micro e Pequena Empresa. 2. Produto Interno Bruto.
3. Desemprego. I. Pereira, João Arami M., orient. II.
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.



Serviço Público Federal
Universidade Federal da Fronteira Sul
Curso de graduação em Ciências Econômicas



Ministério da Educação
Universidade Federal da
Fronteira Sul

Reitoria

Avenida Getúlio Vargas, 609
Edifício Engemed, 2º Andar
Chapecó - Santa Catarina
Brasil - CEP 89.812-000
(49)2049-1400

www.uffs.edu.br
contato@uffs.edu.br

Campus Laranjeiras do Sul

Rua Oscar Pereira Guedes, 01
Vila Alberti - Laranjeiras do Sul
- Paraná - CEP 85303-820
(42) 3635-8650

ATA DE DEFESA PÚBLICA DO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos 11 dias do mês de DEZEMBRO de
2017, às 10:30 horas, em sessão pública na sala
301 do Bloco A do Campus Laranjeiras do Sul da UFFS, na
presença da Banca Examinadora presidida pelo(a) Professor(a)
Orientador(a):

JOÃO ARAMI MARTINS PEREIRA

e composta pelos Professores(as) Examinadores(as):

1. RAFAEL STEFENON e
2. YOGO KUBIAR CANQUERINO.

o(a) aluno(a) ADRIANA APARECIDA RIBEIRO

apresentou o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: RELACIONAMENTO DAS
MICRO E PEQUENAS EMPRESAS COM O PIB E
O DESEMPREGO NO ESTADO DO PARANÁ

como requisito curricular indispensável para a integralização do Curso de
Bacharelado em Ciências Econômicas. Após reunião em sessão reservada, a
Banca Examinadora deliberou e decidiu pela APROVAÇÃO
do referido trabalho, divulgando o resultado formalmente ao aluno e demais
presentes e eu, na qualidade de Presidente da Banca, lavrei a presente ata
que será assinada por mim, pelos demais examinadores e pelo aluno.

Presidente da Banca Examinadora e Professor(a) Orientador(a)

Examinador(a) 01

Examinador(a) 02

Aluno(a)

A Deus, por ter me dado sempre coragem, força e fé em mim mesma, apesar das diversas adversidades encontradas.

A minha mãe que foi a maior apoiadora em todas as situações.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, pela paciência e dedicação, em especial, a minha mãe que sempre me incentivou a ir à luta, e sempre me dá ótimos conselhos;

Aos amigos e colegas, pela força e apoio ao longo desta jornada.

Aos amigos que conquistei durante a jornada e que contribuíram de forma imensa para a tão desejada formação, me motivando e incentivando.

Aos professores do curso, que contribuíram grandemente para o meu desenvolvimento e aprendizado.

Ao Prof. Orientador, por todo apoio e conselhos que permitiram uma melhor compreensão acadêmica e profissional.

Ao professor coordenador de monografia, pelo apoio e conselhos a respeito deste trabalho.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a relação das micro e pequenas empresas com o Produto Interno Bruto e o desemprego no Estado do Paraná no período de 2003 a 2013. No quadro teórico são evidenciadas as características das micro e pequenas empresas, PIB, desemprego e suas implicações. Para relacionar as variáveis, foram utilizados dados coletados da Junta Comercial do Paraná, no Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), sendo realizada a análise de regressão simples para verificar a relação das micro e pequenas empresas com a taxa de desocupação e com o valor adicionado bruto. Conclui-se que, durante o período estudado, as MPEs foram responsáveis por gerar anualmente em média 39,35% dos empregos formais no Paraná. Conclui-se que, durante o período estudado, as MPEs foram responsáveis por gerar anualmente em média 39,35% dos empregos formais no Paraná. As MPEs contribuem para a redução da taxa de desocupação e para o aumento do valor adicionado bruto, segundo as análises de regressão. Assim faz-se necessário melhorar os programas já em curso que auxiliam essas empresas como o Programa Bom Negócio Paraná e a alíquota cobrada sobre o faturamento das MPEs e implementar mais políticas públicas que venham fortalecer ainda mais esses empreendimentos e deste modo contribuindo ainda mais para o dinamismo na economia paranaense.

Palavras-chave: Micro e pequenas empresa. Produto Interno Bruto. Desemprego.

ABSTRACT

The aim of this study is to analyze the relationship of micro and small enterprises with the gross domestic Product and unemployment in the State of Paraná in the period 2003 to 2013. In the theoretical framework are highlighted the characteristics of the micro and small enterprises, GDP, unemployment and its implications. To relate the variables were used data collected from the Board of trade of Paraná, at the Institute of Social and Economic development (IPARDES), and the simple regression analysis to verify the relationship of micro and small enterprises with the rate of eviction and the gross added value. It is concluded that, during the period studied, the Meps were responsible for generating annually an average of 39.35% of formal jobs in the State of Paraná. The Meps contribute to the reduction of the vacancy rate and to an increase in the gross added value, according to the regression analysis. So it is necessary to improve the ongoing programmes to assist these companies as the program good deal Paraná and the rate charged on turnover of Meps and implement more public policies that may further strengthen these undertakings and thus further contributing to the dynamism in the economy of Paraná.

Keywords: Micro and small businesses. Gross Domestic Product. Unemployment

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização Estado do Paraná	35
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Classificação por porte das empresas conforme BNDES	18
Quadro 2 – Classificação dos estabelecimentos segundo porte	19

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Renda dos Domicílios Paranaenses.....	37
Tabela 2 – População Economicamente Ativa do Paraná por Domicílios (em mil pessoas) entre 2003 a 2013.	43
Tabela 3 – Empregos Formais no Paraná por Sexo entre os anos de 2003 e 2013).....	44
Tabela 4 – Taxa média de desocupação no Paraná, período entre 2003 e 2013	46
Tabela 5 – PIB Paranaense e sua participação no PIB do Brasil.....	47
Tabela 6 – Resultados do modelo de regressão - MPEs Constituídas e Taxa Média de Desocupação.....	52
Tabela 7 – Resultado da regressão - MPEs constituídas e o VAB	54
Tabela 8 – Correlação de Pearson	55

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução de estabelecimentos por porte Brasil 2003-2013 (em milhões)	22
Gráfico 2 - Evolução do emprego por porte no Brasil de 2003 - 2013 (em milhões)	23
Gráfico 3 – Evolução do número de MPEs constituídas no Paraná de 2003 a 2013.....	38
Gráfico 4 – Quantidade de empregos gerados por MPEs entre os anos de 2003 e 2013	39
Gráfico 5 – Quantidades de MPEs extintas no Paraná - 2003 -2013	41
Gráfico 6 – População Economicamente Ativa no Paraná (em números absolutos).	42
Gráfico 7 – Quantidade de Empregos Formais no Paraná de 2003 a 2013	43
Gráfico 8 - Valor Adicionado Bruto do Paraná a preços básicos (R\$ 1.000,00) entre período de 2003 e 2013.....	48
Gráfico 9 - Composição do Valor Adicionado Bruto do Paraná por setor (%) - 2003 a 2013.	49
Gráfico 10 - Taxa Média de Participação das Mesorregiões Paranaenses no VAB (de 2003 a 2013).....	50
Gráfico 11 - Participação Média das Mesorregiões Paranaense no Comercio e Serviços entre os anos de 2003 e 2013)	51
Gráfico 12 - Relação entre Micro e Pequenas Empresas constituídas e taxa de desocupação.	53
Gráfico 13 - Relação entre Micro e Pequenas Empresas e o Valor Adicionado Bruto.....	55

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

MPEs – Micro e Pequenas Empresas

MGE – Média e Grande empresa

PIB – Produto Interno Bruto

COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

PIS – Programa de Integração Social

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

DREE – Departamento de Racionalização das Exigências Estatais

MEI – Microempreendedor Individual

EPP – Empresas de Pequeno Porte

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PNB – Produto Nacional Bruto

PEA – População Economicamente Ativa

OIT – Organização Internacional do Trabalho

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
1.1 OBJETIVOS	15
1.1.1 Objetivo Geral.....	15
1.1.2 Objetivos Específicos	15
1.2 JUSTIFICATIVA	15
2. REVISÃO DE LITERATURA	17
2.1 MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	17
2.1.1 A Importância das Micro e Pequenas Empresas.....	22
2.2 PRODUTO INTERNO BRUTO	24
2.3 DESEMPREGO.....	25
3. METODOLOGIA	30
3.1 FINALIDADE DA PESQUISA	30
3.2 MÉTODO.....	30
3.3 OBJETIVO DA PESQUISA	31
3.4 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS.....	31
3.5 TÉCNICA DE ANÁLISE DOS DADOS.....	32
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	35
4.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO ESTUDADO	35
4.2 MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO PARANÁ	37
4.3 MERCADO DE TRABALHO NO PARANÁ	41
4.4 PRODUTO INTERNO BRUTO PARANAENSE.....	47
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59

1. INTRODUÇÃO

As micro e pequenas empresas possuem atributos próprios e exclusivos na esfera econômica e social, como o apoio na geração do Produto Interno Bruto (PIB) e absorvimento de mão-de-obra, realizando enorme papel na interiorização do desenvolvimento econômico (CHER, 1990). Segundo Neto (2011), as micro e pequenas empresas (MPEs) criam a maioria dos postos de trabalhos disponíveis no Brasil e são representadas por várias instituições, cuja missão passa pelo relacionamento com o local onde estão inseridas.

De acordo com dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos e Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa, no ano de 2013, existia 6.629.879 micros e pequenas empresas no Brasil, e representavam 99% dos estabelecimentos formais do país, gerando 17.071.291 de empregos formais no país (SEBRAE; DIEESE, 2015). A Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa (SMPE) salienta que “o segmento representou 27% do PIB brasileiro [...] também empregaram 52% da mão de obra formal no País e responderam por 40% da massa salarial brasileira (2017, p. 15) ”.

Esses dados demonstram a importância que esses empreendimentos têm na economia brasileira quando se trata da criação de empregos, crescimento e desenvolvimento econômico do país, ou seja, contribuindo para o aumento do PIB, este, que é a soma de todos os bens e serviços que foram produzidos num determinado período de tempo em determinado local, país, Estados ou municípios, conforme o IBGE (2017). Segundo Bedê (2004), a extinção destas organizações traz muitas consequências, afeta os trabalhadores, aumentando o desemprego, a renda de determinado lugar (PIB) e o grupo de pessoas que fundaram o negócio, sendo a sobrevivência, um dos principais problemas das empresas.

As micro e pequenas empresas vêm sendo alvo a tempo de atenção de analistas econômicos por causa de suas potencialidades na geração de emprego e renda. As referidas empresas são fontes geradoras de emprego e renda, e são colocadas como o elemento central para o desenvolvimento econômico de uma sociedade, pois elas tendem ao crescimento, são incentivadores de competência e constante fonte de inovação, como uma condição indispensável para o alcance dos requisitos necessários para a competitividade (VILGA, 2006).

A ascensão e dinamização da economia de um país ou região em desenvolvimento, dependem em maior parte da capacidade de criar empresas econômicas e financeiramente

sustentáveis. E desta forma, levar a alcançar uma maior produção de bens e serviços, e um posicionamento mais astucioso na economia mundial ou nacional.

Deste modo, a existência de micro e pequenas empresas no contexto socioeconômico de um país é de extrema importância, pois, elas proporcionam uma energia vital para a economia. Estas empresas, por serem geradoras de empregos, contribuem para a redução da taxa de desemprego, que é a proporção da população de determinado local com capacidade de desempenhar uma atividade ou profissão, mediante salário e não estão conseguindo adentrar no mercado de trabalho (VILGA; FARAH; GIULIANI, 2005).

As MPEs do Paraná no ano de 2013 com um total de 538.531 estabelecimentos, empregavam um total de 1.272.998 pessoas ocupadas no Estado, segundo dados do DIEESE (2015), ocupa o 4º lugar no ranking dos Estados brasileiros que possuem maior participação no PIB brasileiro. Esta participação em 2010 era de apenas 5,8% e no ano de 2013 já estava em 6,25%, passando o Estado do Rio Grande do Sul, com um PIB de 358.544 milhões. (IPARDES,2017).

Diante da contextualização apresentada, traçou-se a questão que irá nortear a presente proposta de pesquisa: *Qual a relação da quantidade de micro e pequenas empresas constituídas com o PIB e o desemprego no Estado do Paraná?*

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar a relação da quantidade de micro e pequenas empresas constituídas com o PIB e o desemprego no Estado do Paraná.

1.1.2 Objetivos Específicos

- a). Caracterizar socioeconomicamente o Estado do Paraná;
- b). Descrever as Micro e pequenas empresas paranaenses, no período de 2003 a 2013;
- c). Analisar a taxa de desemprego do Paraná no período estudado;
- d). Analisar Produto Interno Bruto do Paraná de 2003 a 2013;
- e). Verificar a relação das micro e pequenas empresas com o PIB e desemprego no Paraná;

1.2 JUSTIFICATIVA

A escolha do tema se deu devido ao interesse de descobrir o impacto das micro e pequenas empresas no desemprego e no PIB do Estado do Paraná. Devido ao fato de serem estas organizações, muito empregadoras, e devido a vários trabalhos científicos, enfatizarem que as MPEs contribuem para o desenvolvimento do local onde se encontram inseridas.

Em período em que existem poucos empregos, a economia precisa muito mais das micro e pequenas empresas, da sua capacidade de criação de emprego, e da capacidade de se reinventar constantemente, desse modo gerando mais renda, aumentando o PIB e o consumo. E para isso, a partir de estudos é possível verificar a real contribuição dessas organizações na sociedade e podem servir para pensar ações para fortalecê-las.

Com a importância das MPEs na economia, tornam-se maiores as necessidades de analisar estas empresas. O que fortalece o interesse pelo estudo é o fato de não haver estudos semelhantes realizados no Paraná. Desse modo esta pesquisa poderá contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Paraná, sendo possível a partir desta análise, a elaboração de políticas públicas, voltadas para as micro e pequenas empresas.

A presente pesquisa irá contribuir com os estudos de Vieira e Santos (2016), Fabres; Silva; Cavalcanti (2016), estes relacionaram as micro e pequenas empresas com a inflação brasileira e aquele relacionou o aumento de MPEs abertas com o PIB e desemprego no Brasil. Podendo, por meio desta pesquisa, ver as contribuições que as micro e pequenas empresas fazem ao Estado do Paraná, com relação ao PIB e desemprego.

2. REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura introduz os conceitos fundamentais para a compreensão da proposta e dos resultados da pesquisa. São tratados nesta seção as definições, caracterização e importância das micro e pequenas empresas, e informações relevantes a respeito das MPEs e empreendedor, caracterização do Produto Interno Bruto e demais informações relevantes e também conceituação de desemprego e implicações.

2.1 MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Neste item, será abordado, a caracterização e classificação das micro e pequenas empresas no país, conforme diversas instituições, abordagem de Schumpeter a respeito das empresas, conforme a teoria do desenvolvimento econômico e também as formas de empreender.

Segundo a lei complementar nº 123 de 14/12/2006 que institui o Estatuto da Micro e Pequena Empresa (2006), as referidas empresas são determinadas segundo o faturamento. Microempresa é toda sociedade empresarial, parceria simples, empresa individual de responsabilidade restrita e o empresário individual que obtenha, receita bruta igual ou menor que R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) em cada ano-calendário. Empresa de Pequeno Porte é aquela que, obtenha receita bruta maior que R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou menor e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 em cada ano-calendário (PLANALTO, 2017).

Ainda conforme a lei já citada, considera micro e pequena empresa, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário. O Estatuto também descreve o tratamento tributário para as MPEs, o Simples Nacional, que estabelece as regras de tributação diferenciado, favorecendo estas, através de recolhimento mensal por meio de documento único, onde são incluídos vários impostos, como, COFINS, PIS, INSS, ICMS entre outros (PLANALTO, 2017). É notável a lei que institui o Estatuto da Micro e Pequena Empresa, tem por finalidade desburocratizar e incentivar esses empreendimentos a manterem em funcionamento.

Além das duas classificações empresariais mais populares, a Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008, alterou a Lei Geral para criar a ilustração do Microempreendedor Individual (MEI). O MEI é a denominação de um empreendimento em que obtêm de receita,

até R\$ 60.000,00 por ano e seu proprietário não pode ser sócio ou dono de outro empreendimento. Atualmente, o MEI pode ter somente um funcionário contratado e este deve embolsar um salário mínimo, ou o piso da sua classe profissional.

No entanto para melhor compreensão da classificação das empresas brasileiras, não apenas as MPEs, há também as empresas de médio porte, e de grande porte. Sendo as empresas de médio porte as que possuem faturamento maior que R\$ 3,6 milhões e menor ou igual a R\$ 300 milhões e as empresas de grande porte, possuem faturamento acima de R\$ 300 milhões conforme o Banco Central do Brasil (BACEN 2017) .

O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), faz uma classificação das empresas, também conforme o faturamento anual das mesmas para concedê-las financiamentos, seguindo a classificação das micro e pequenas empresas já descritas acima, e das médias e grandes, também já mencionadas. Deste modo para melhor visualização da classificação das empresas conforme o porte no Brasil é demonstrado no quadro 1.

Quadro 1: Classificação por porte das empresas no Brasil

Classificação	Faturamento Anual (R\$)
Microempresa	Menor ou igual a 360 mil
Pequena empresa	Maior que 360 mil e menor ou igual a R\$ 3,6 milhões
Média empresa	Maior que R\$ 3,6 milhões e menor ou igual a R\$ 300 milhões
Grande empresa	Maior que R\$ 300 milhões

Fonte: Elaboração da autora. Dados: BNDES, (2017).

O SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e pequenas empresas, classifica as empresas brasileiras, segundo o porte, levando em consideração o número de pessoas ocupadas ou empregadas e o setor de atividade econômica conforme exposto no quadro 2.

Quadro 2 – Classificação dos estabelecimentos segundo porte

Porte	Indústria	Comércio e Serviços
	Microempresa	até 19 pessoas ocupadas
Pequena empresa	de 20 a 99 pessoas ocupadas	de 10 a 49 pessoas ocupadas
Média empresa	de 100 a 499 pessoas ocupadas	de 50 a 99 pessoas ocupadas
Grande empresa	500 pessoas ocupadas ou mais	100 pessoas ocupadas ou mais

Fonte: SEBRAE. Elaboração: DIEESE

Assim, sendo considerada microempresa os estabelecimentos do setor da indústria, os estabelecimentos que empregam até 19 pessoas e no setor de comércio e serviços as que empregam até 09 pessoas. Para ser considerada pequena empresa se enquadra, os estabelecimentos do setor da indústria que possuem de 20 a 99 pessoas ocupadas e no setor de comércio e serviços, os que tem de 10 a 49 pessoas ocupadas.

As micro e pequenas empresas têm uma extensão particular e distinta das empresas de médio e grande porte. Os fundamentais atributos das micro e pequenas empresas são: baixa capacidade de recursos financeiros, elevadas percentagens de aberturas e de fechamento, intenso comparecimento dos donos, sócios e componentes da família como força produtiva nos negócios, poder de decisão é centralizado, íntima ligação entre os proprietários e os empreendimentos, não havendo distinção, especialmente em termos contábeis e financeiros, pessoa física e jurídica, apontamentos contábeis pouco válidos, contratação direta de mão-de-obra, bom emprego de mão-de-obra desqualificada ou pouco qualificada; grande impedimento de acesso a recurso para capital de giro e relação de submissão com as grandes empresas (IBGE, 2003, CHIAVENATO, 2007).

As MPES têm comando centralizado e uma estrutura organizacional bem simples que carece de um número menor de cargos administrativos. E as informações fluem porque não há grau de hierarquia intermediários permitindo o contato direto entre o dono do empreendimento e os assalariados, o que promove a propagação das informações de grande importância; o uso de nomes pessoais e o tratamento informal retratam essa realidade. Esse processo de aproximação auxilia a constituição e o desenvolvimento de forte cultura organizacional na

empresa. Além disso as MPEs são muito adaptativas, pois conseguem tomar decisões de forma rápida mediante as exigências do mercado, deste modo se reinventando e permanecendo em funcionamento (VILGA; FARAH; GIULIANI, 2005).

Segundo Schumpeter (1934), para as empresas permanecerem competitivas no mercado, carecem estar em constante aperfeiçoamento. Isto é, buscando inovar constantemente, seja por meio de novos produtos lançados, um modo novo de produção, para se tornarem um instrumento de desenvolvimento local, ou seja, contribuir de fato para o desenvolvimento do lugar onde estão inseridas, conforme a teoria do desenvolvimento econômico.

Nessa teoria faz-se, uma diferenciação entre invenção e inovação, descrevendo que a inovação é o rearranjo dos recursos para criar novos produtos ou mudança no processo de produção de determinado produto, produzindo de maneira eficiente. Desse modo, é considerado inovação, novos produtos, novas formas de produção, descoberta de novo tipo de matéria prima, explorar novos mercados e maneiras revolucionárias de organizar empresas. E a invenção é a concepção de algo novo, produto nunca produzido antes, e que só se tornará invenção caso seja colocada no mercado para comercialização (SCHUMPETER, 1934).

E para o processo de desenvolvimento econômico, Schumpeter (1934), coloca o empreendedor inovador, como o agente principal, que dispõe produtos novos no mercado originados a partir de rearranjos eficiente dos recursos necessários à produção, ou pela adoção de uma tecnologia revolucionária, tendo este de estar alinhado com os objetivos da empresa, e na medida que esta precisa estar em aperfeiçoamento constante, o empreendedor também precisa, pois ele é quem guia a empresa e já que tem uma ligação forte com a mesma.

No entanto, Schumpeter (1934), afirma que, este empreendedor, é criador de ideias novas, produtos ou negócios, a partir da identificação da oportunidade de criar riquezas, este é dono do negócio. Há também aquele agente que pode não ser o dono da empresa, não ser dono dos ativos da empresa, mas possui pleno controle desses ativos para manter a empresa em constante crescimento, sendo descrito por Schumpeter, como empresário, agente “portador do mecanismo da mudança” e como agente que não corre riscos.

Destaca ainda, que o empreendedor inovador é um grande impulsionador de desenvolvimento. Pois, este cria novos produtos e é copiado por empreendedores que não detêm a capacidade de inovar, causando expansão de investimento na economia, criando empregos, gerando períodos prosperidade (SCHUMPETER, 1934).

Deste modo, empreender, abrir um negócio, traz vantagens a economia e a sociedade. Entretanto, há duas formas de empreender: empreendedorismo por oportunidade e empreendedorismo por necessidade. O primeiro, é vislumbrado em empresas que “identificam e exploram oportunidades de mercado (VIEIRA; RAMOS, 2013, pag. 09)”. Descrevendo ainda, o que necessita ter um empreendedor por oportunidade.

Para iniciar um negócio por oportunidade é imprescindível, que o empreendedor tenha conhecimento dos desafios a serem enfrentados, que trabalhe suas ideias antes de as transformarem em oportunidade de negócios, além de refletir sobre onde quer chegar, sobre seus conhecimentos e competências (VIEIRA; RAMOS, 2013, pag. 10).

Segundo Dolabela (2008), a oportunidade tem novidade e atende a uma procura dos clientes, deste modo, um nicho de mercado, aproveitar a demanda de um produto ou serviço que ainda não existe. Salienta ainda que a oportunidade é chamativa, atraente, assim, tem possibilidade de render lucros, o suficiente para recompensar os riscos e as expectativas. Além disso, precisam ser adequadas com as competências, desenvolvuras e experiências do empreendedor. Desta maneira, tornando o negócio durável. Sendo, deste modo, o empreendedorismo por oportunidade o mais recomendado.

O empreendedorismo por necessidade, trata de empresas abertas para prover o sustento do empreendedor e da sua família, sem realizar um estudo de mercado, não busca um diferencial, e nem inovação. Esses empreendimentos, surgem onde o ramo de atividade já está saturado as vezes, pois a entrada está fácil e não necessita de um grande investimento. Também não empregam ninguém na maioria das vezes, pois grande parte delas são familiar. Isto afeta o mercado pois causa redução dos lucros e intensifica a concorrência, assim aumentando o risco de muitas empresas ir à falência (VIEIRA; RAMOS, 2013).

Deste modo, empreender por necessidade ou por oportunidade tem diferenças bem visíveis. Assim enfatizada por Santos et al, (2007), sendo empreender por necessidade é:

“o empreender por necessidade como uma necessidade de segurança ou ainda de sobrevivência. Portanto, empreendedores por necessidade consistem naqueles que iniciam negócios motivados pela falta de alternativa satisfatória de ocupação e renda. Já os empreendedores por oportunidade, são motivados pela percepção de um nicho de mercado em potencial (SANTOS et al, 2007, pag. 05)”.

Assim, como já foi enfatizado acima, o empreendedorismo por oportunidade é mais recomendado, porque é planejado, busca inovar, em explorar uma nova forma de atender uma demanda emergente no mercado, pautado na criatividade também. Enquanto que o

empreendedorismo por necessidade é adotado pelas pessoas apenas como uma forma de não ficar sem ocupação, ter o que fazer e obter renda necessária para sobreviver.

2.1.1 A IMPORTÂNCIA DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Neste item, busca-se apresentar dados do relatório anual das micro e pequenas empresas, realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o qual realizou toda pesquisa elaborou gráficos e tabelas, e organizado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), divulgado no ano de 2015. Este possui um panorama das micro e pequenas empresas no Brasil desde o ano de 2003 até o ano de 2013.

No Brasil, as micro e pequenas empresas são importantes para a economia, no ano de 2013, eram responsáveis por 99% dos empreendimentos e 52,1% dos empregos não agrícolas formais no Brasil. No período de 2003 a 2013, houve aumento no número de MPEs em 33,8%, aumentando o número de empregos formais criados por esses empreendimentos (DIEESE; SEBRAE, 2015).

Gráfico 1 – Evolução de estabelecimentos por porte Brasil 2003-2013 (em milhões).



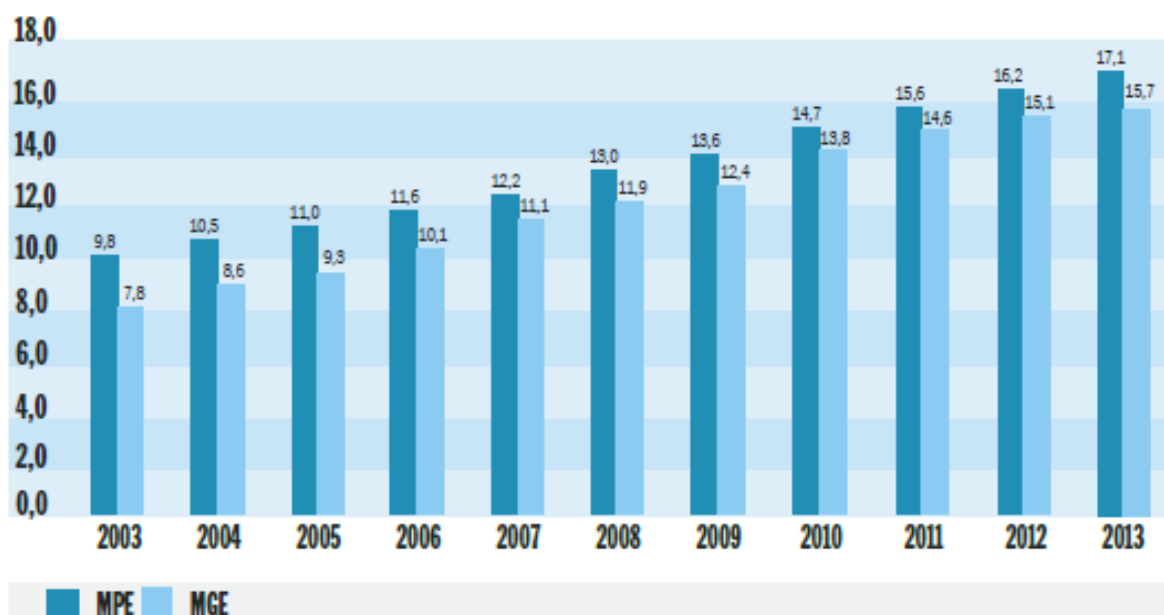
FONTE: MTE. Rais. Elaboração: DIEESE (2015).

Os dados demonstram que no ano de 2003 haviam 5 milhões de MPEs no país, vindo em ascensão e em 2013 existiam 6,6 milhões, um aumento de 1,7 milhões de empreendimentos.

Com um crescimento médio no período de 3,0% a.a (ao ano), tendo crescimento de 33,8% no total de micro e pequenas empresas. Segundo o SEBRAE; DIEESE (2015), isso ocorreu devido ao aumento da renda e do crédito no período.

Ainda, se destaca que, com o aumento do número de micro e pequenas empresas no país a quantidade de postos de empregos também cresceu. Entre os anos de 2003 a 2013, foram responsáveis pela criação de 7,3 milhões de empregos no país. Obteve um crescimento médio de 5,7% a.a (ao ano) (SEBRAE; DIEESE, 2015).

Gráfico 2 - Evolução do emprego por porte no Brasil de 2003 - 2013 (em milhões)



FONTE: MTE. Rais. Elaboração: DIEESE.

Desse modo, em 2003 as MPEs empregavam 9,8 milhões de pessoas, chegando a 17,1 milhões no ano de 2013, tendo um crescimento médio de 5,7% a.a na quantidade de empregos formais. As médias e grandes empresas (MGE), por sua vez, no período tiveram aumento na quantidade de empregos indo de 7,8 milhões no ano de 2003 para 15,7 milhões, um aumento de 7,9 milhões.

No período de 2003 a 2013, houve aumento nas MPEs no setor de serviços e construção. O crescimento no setor de serviços se deu devido às mudanças na distribuição da renda pessoal e ao aumento do consumo das famílias e o do setor da construção ocorreu devido ao aquecimento do mercado imobiliário brasileiro.

Segundo Motta (2000), as pequenas empresas se adaptaram às alterações do ambiente, consequentemente crescendo no mercado, e sua importância foi percebida pelas políticas governamentais que adotaram ações de apoio para o desenvolvimento das MPEs. Desse modo, a importância socioeconômica das MPEs é vista nas ações do governo que por meio de programas de incentivo a elas, como iniciativas de passarem do informal para o setor formal da economia, visando oportunidades de auto emprego e redução da pobreza a partir de criação de novas formas de obtenção de renda.

2.2 PRODUTO INTERNO BRUTO

A sigla PIB, é a abreviação de Produto Interno Bruto, trata-se do valor monetário, ou soma, de toda produção (bens e serviços) formada num determinado país ou área geográfica, durante um certo período de tempo, geralmente um ano ou a cada três meses (SOARES; CAVALCANTI, 2014/ GOMES, 2012). PIB “é a medida do total do Valor Adicionado Bruto (VAB) gerado por todas as atividades econômicas (IPEADATA, 2017) ”.

“O produto em causa é designado por interno, uma vez que apenas é contabilizada a produção realizada por unidades residentes (tenham elas ou não origem nacional, ou seja, sejam ou não empresas cujo capital social é maioritariamente pertencente a cidadãos do país). O termo bruto indica que nesta contabilização se ignora a possibilidade de deduzir as amortizações correspondentes à depreciação do capital fixo (de máquinas, equipamentos e outros instrumentos disponíveis para produzir) (GOMES, 2012, p.08) ”.

O PIB é a soma dos bens e serviços produzidos pela indústria, agropecuária e serviços, e tem por objetivo medir a atividade de determinado país, estado ou município, assim verificando se a economia está crescendo, pois, a medida que mais se produz, maior é o consumo. Engloba, o consumo de bens e produtos finais vendidos ao consumidor final, os serviços realizados e remunerados, os investimentos realizados para aumentar a capacidade produtiva e gastos do governo na economia.

O Produto Interno Bruto, no Brasil, é calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e permite ao governo e seus representantes, empregarem em políticas públicas com o intuito de impulsionar maior crescimento do país. No entanto, um dos modos de ser medido é por meio da fórmula onde inclui: o total do consumo privado, os investimentos efetivados, gastos governamentais e a balança comercial (diferença entre exportações e importações) (SOARES; CAVALCANTI, 2014).

O PIB, pode ser calculado ou medido por três formas diferente, mas todas com o mesmo efeito. Pode ser calculado pela ótica da produção, onde corresponde a soma dos valores agregados brutos por ramos ou setor da economia, não considera o consumo intermediário absorvido pelos setores. Pela ótica da renda, em que é calculado a partir da remuneração pagas às famílias, como salários, juros e aluguéis. E sob a ótica do consumo, obtido por meio da soma do consumo das famílias e do governo (VASCONCELLOS, 2004).

Como existe também o PNB (Produto Nacional Bruto), é comum confundi-lo com o PIB, ressaltando que os dois são indicadores bem importantes, mas o PIB é utilizado, é muito aceito por agências financeiras internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), permitindo a estas organizações comparar o desenvolvimento econômico dos países v. A diferença entre os dois é que o PNB considera rendas enviadas e ganhas do exterior e o PIB não, pois o próprio conceito de PIB rejeita as rendas do exterior, levando em consideração só o que é produzido dentro dos limites da região ou país (VASCONCELLOS, 2004; CZIMIKOSKI (2015)

Segundo Vasconcellos (2004), o PIB tem duas denotações: PIB nominal ou PIB real. O PIB nominal é o somatório das quantidades de bens finais multiplicada pelos seus preços correntes assim com o aumento da produção dos bens, o preço da maioria dos bens da também cresce, aumentando o PIB nominal ao longo do período. E o PIB real é a soma das quantidades de bens finais multiplicados por preços constantes, deduzir o aumento dos preços.

Vale salientar que a divisão do PIB a preços correntes pela população residente de determinado estado, país, região ou município tem-se o valor médio por pessoa, ou seja, o PIB per capita. Este contribui para analisar a situação social, tornando possível a identificação de lugares onde o desenvolvimento econômico necessite de mais atenção no aspecto social e auxiliar em todo o processo de políticas públicas voltadas para a área social, elaboração, gestão e avaliação. Porém este indicador tem limitação, pois representa uma situação média e pode não evidenciar a existência de pobreza extrema (IBGE, 2017).

2.3 DESEMPREGO

Na economia pode haver desemprego de fatores de produção (terra, capital e trabalho), ou seja, atuando com capacidade ociosa, assim produzindo menos do que sua competência. No entanto, para haver produção, necessita-se de combinação entre esses fatores, que é realizada

pelos indivíduos que tem por intuito, dispor produtos e serviços na economia. E o principal agente do processo de produção é o fator trabalho, pois é o ser humano que tem a capacidade de combina-los e gerar riquezas. Neste item será abordado o desemprego de trabalho, ou seja, de mão de obra.

O IBGE conceitua as Pessoas Desocupadas como a parcela da População Economicamente Ativa (PEA), que envolve pessoas sem trabalho na semana da pesquisa, mas que estavam disponíveis para assumir um trabalho nessa semana e que procuram trabalho no período de 30 dias. Desse modo, a mensuração da Taxa de Desocupação é expressa pelo percentual de pessoas desocupadas na semana de referência em relação à PEA (IBGE, 2017).

O DIEESE descreve que “Desempregados - São indivíduos que se encontram numa situação involuntária de não-trabalho, por falta de oportunidade de trabalho, ou que exercem trabalhos irregulares com desejo de mudança (2017, p. 02)”. Essas pessoas são separadas em três tipos de desemprego:

- desemprego aberto: pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos sete últimos dias;
- desemprego oculto pelo trabalho precário: pessoas que realizam trabalhos precários
- algum trabalho remunerado ocasional de auto-ocupação - ou pessoas que realizam trabalho não-remunerado em ajuda a negócios de parentes e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram sem êxito até 12 meses atrás;
- desemprego oculto pelo desalento: pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses (DIEESE, 2017. p. 02)”.

Segundo Martins (2006) o desemprego manifesta-se de diversas maneiras, uma delas é o desemprego conjuntural, que é o desemprego causado por recessões da economia, por períodos de crises, este decorre de certas atividades que são realizadas apenas em determinados períodos do ano, como produção de certos produtos na indústria ou período de colheita na agricultura, entre outros. Outra é o desemprego disfarçado ou subemprego: enquadram-se trabalhos que são realizados em certas épocas do ano, como carnaval, verão, natal ou por pessoas que desenvolvem atividades apenas parte do dia, obtendo baixo retorno financeiro que o normal.

Também se apresenta em forma de desemprego friccional ou normal, esta modalidade de desemprego vinculado com a redução na produção interna que implica em demissões. No entanto ressalta-se que isto é temporário. Esse tipo de desemprego também é gerado por grandes

movimentações de trabalhadores entre diversos tipos de emprego, ou por desencontro entre as vagas de emprego disponíveis e a mão de obra (MARTINS, 2006).

Martins (2006) cita, o desemprego estrutural ou tecnológico: a estrutura econômica passa a ser desempregadora sem expectativa de melhora, extinção de postos de trabalho devido a aperfeiçoamento no processo de produção, por meio de formas diferentes de organização do trabalho e utilização de nova tecnologia, que ocasiona melhora da produtividade e conseqüentemente diminuição da mão-de-obra. Pois, a concorrência força as empresas a reduzir custos com o intuito de ter preços menores com ótima qualidade nos produtos, nesse processo acontece as extinções de postos de trabalho. Sendo este, então o mais temido pois, impactará em vários aspectos na economia se arrastando por longos períodos.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), desemprego é a ausência de postos de empregos e o “desemprego é a ponta do icebergue do subemprego e do desencorajamento”, pois muitos trabalhadores acabam se desencorajando e desistindo de buscar emprego ativamente, devido a sua não existência (OIT, 2013. pag. 09).

O mercado de trabalho é regido conforme a demanda e oferta de postos de empregos, a medida que há bastante oferta de postos de trabalho e poucas pessoas a procura, os salários aumentam e quanto mais pessoas procurando a remuneração diminui. Isto se aplica em alguns setores da economia, no caso de cargos mais altos, que exige grande qualificação profissional. E quando o indivíduo procura emprego constantemente, chega um momento em que irá aceitar a condição em que se encontra, que não existe espaço para ele no mercado de trabalho.

No entanto, até a década de 1930, o desemprego involuntário não existia, conforme as teorias econômicas como a clássica e neoclássica, que admitiam a existência de uma taxa natural de desemprego apenas, sendo esta, causada pela troca de emprego pelas pessoas, de forma voluntária. Com a grande depressão, Keynes traz a ideia de que existe desemprego sim e involuntário e que os mercados não operam em perfeição. Para ele, os trabalhadores não tinham o poder de fixar preços e desse modo o salário real é flexível e o emprego é gerado pelo maior nível de atividade na economia.

“Existem desempregados involuntários quando, no caso de uma ligeira elevação dos preços dos bens de consumo de assalariados relativamente aos salários nominais, tanto a oferta agregada de mão-de-obra disposta a trabalhar pelo salário nominal corrente quanto a procura agregada da mesma ao dito salário são maiores que o volume de emprego existente (KEYNES, 1985, pag.53) ”.

Assim existe desemprego involuntário, ou seja, não havia postos de trabalho suficiente para absorver a mão de obra disponível. “É o desemprego classificado modernamente como desemprego cíclico, possível de ser atenuado pela intervenção do governo na economia (NERY, 2012, pag. 91) ”.

Desse modo, cabe ao governo criar meios para garantir o investimento produtivo. Por meio de políticas monetárias e fiscais, por meio de uma taxa de juros adequada, pois, a decisão de investir e gerar emprego não é a primeira opção desejada pelos detentores de capital, sendo a primeira opção de investimento é no mercado financeiro (KEYNES, 1985). Se as condições para o investimento produtivo forem geradas, isto, contribuirá para a geração do emprego e redução do desemprego, aumento da renda das famílias que irão aumentar o consumo em bens e serviços, causando o chamado efeito multiplicador.

O nível de investimento na economia é baseado nas expectativas dos agentes econômicos e contrário a preferência por liquidez, que ocasionada pela taxa de juros. Assim, por não ter segurança ou perspectivas positivas quanto ao futuro, esses agentes preferem a liquidez. Deste modo, se a expectativa dos agentes é favorável, o investimento aumenta, e a preferência pela liquidez diminui, isto influenciado pela taxa de juros.

Para haver investimento produtivo, a taxa de juros não pode estar elevada. Pois, se estiver alta, esfria a economia, e torna o custo dos investimentos mais caros, assim juntamente com pouca perspectiva de melhora sobre a economia há uma mudança de direcionamento do dinheiro, indo para títulos do governo por exemplo e não sendo aplicado em investimento produtivo, pois, os agentes econômicos, buscam tomar a melhor decisão reduzindo o máximo as suas incertezas.

A garantia do investimento produtivo, torna uma economia mais dinâmica e competitiva, pois serão gerados novos empreendimentos, dispendo de mais produtos no mercado, mantendo estável o mercado de trabalho, assim, impulsionando os setores da economia. O combate ao desemprego deve ser por meio de gastos do governo (KEYNES, 1985). Caso contrário, o desemprego se encarregará de tombar por terra muitos avanços conquistados, causando efeito totalmente oposto, pois, sem emprego as famílias consomem menos, devido à queda na renda.

Outro fator importante, o fato de desemprego causa a redução de salários, pois, ao ter bastante pessoas em busca de emprego, os empresários, não aumentam o salário, e as pessoas

passam a aceitar condições precárias de emprego (SCHUMPETER, 1961), pois de acordo com Keynes (1985), os trabalhadores não tem força de fixar preços, desse modo o salário real é flexível.

3. METODOLOGIA

Gil (2009, p. 8) define metodologia como “caminho para se chegar a determinado fim”. Evidencia como será respondido os problemas estabelecidos, como será feito o trabalho e deve estar de alinhado aos objetivos específicos.

Para a concretização deste estudo, os procedimentos utilizados serão descritos para melhor entendimento. Serão destacados a finalidade da pesquisa, método, objetivo da pesquisa, procedimento de coleta de dados e técnica de análise de dados.

3.1 Finalidade da Pesquisa

Esta pesquisa é de finalidade aplicada, pois busca criar conhecimentos para aplicação prática, destinados à solução de problemas direcionados, envolvendo verdades e interesses locais (GERHARDT e SILVEIRA, 2009).

A pesquisa aplicada tem a necessidade de gerar conhecimento para aplicação de seus resultados, com o intuito de auxiliar para fins práticos visando solucionar meio que imediatamente o problema achado na realidade (LOPES, 1991).

3.2 Método

Richardson (2007) defende que, há dois grandes métodos: o quantitativo e o qualitativo, e que estes se distinguem pela sistemática de trabalho e pelo modo de abordar o problema. Enfatiza que método em pesquisa constitui, numa definição comum, a escolha de procedimentos sistemáticos para a explicação e também descrição de fenômenos em ciências sociais.

Para alcançar os objetivos definidos, optou-se por uma abordagem predominantemente quantitativa, pois de acordo com Fonseca (2002) os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados e os resultados são aceitos como se formassem um retrato da população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa faz uso de linguagem matemática para expor “as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. (FONSECA, 2002, pag. 20)”. Para Gonsalves (2007), ela permite uma explicação das causas, fazendo uso da estatística, transformando a vida social em números.

No entanto, importante salientar que esta pesquisa é em parte qualitativa, pois o mesmo autor destaca que o uso da pesquisa qualitativa junto com a quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente. Flick (2004), salienta que adotar a prática de combinar análise quantitativa e qualitativa traz maior nível de credibilidade e validade aos resultados da pesquisa, podendo evitar o reducionismo por uma opção única de análise.

3.3 Objetivo da Pesquisa

Quanto ao objetivo da pesquisa, toma-se como exploratória, devido ao seu intuito de alcançar mais familiaridade com o problema abordado, tornando mais explícito ou possibilitando elaborar hipóteses. Grande parte dessas pesquisas, carece de levantamento bibliográfico, de entrevistas com quem já teve experiências com o problema estudado e análise de exemplos que impulsionam a compreensão (GIL, 2009).

Segundo Gonsalves (2007), a pesquisa exploratória é caracterizada pelo desenvolvimento e esclarecimento de ideias, com o intuito de “oferecer uma visão panorâmica” um primeiro contato a algo que até o momento foi pouco explorado. O estudo desenvolvido permitirá um melhor conhecimento em torno das micro e pequenas empresas, e suas implicações no PIB e desemprego do Paraná.

No entanto esta pesquisa não deixa de ser descritiva, segundo Gerhardt e Silveira (2009), pesquisa descritiva, além de exigir do pesquisador vasta informação sobre o assunto pesquisado, descreve os fatos e fenômenos de determinada realidade e às vezes não existir por parte do investigador um exame crítico das informações.

3.4 Procedimento de Coleta de Dados

Quanto ao procedimento de coleta de dados desta pesquisa, tem como principal técnica, a pesquisa documental, onde as informações pertinentes serão coletadas de bases de dados. No entanto, fez-se necessária primeiramente uma pesquisa bibliográfica, buscando trabalhos já publicados sobre o assunto, e foram utilizados livros, artigos, teses, monografias e bancos de dados, para a realização do presente trabalho.

A pesquisa documental é muito parecida com pesquisa bibliográfica, o que diferencia é a natureza das fontes, a pesquisa bibliográfica se refere a contribuições feitas de diferentes

autores sobre determinado assunto, geralmente livros e artigos científicos e a pesquisa documental envolve fontes diversas sem tratamento analítico, sendo, relatórios, tabelas estatísticas, documentos oficiais, entre outros (FONSECA, 2002).

O universo da pesquisa corresponde ao Estado do Paraná, em que serão coletados o número de micro e pequenas empresas constituídas ou criadas, o valor adicionado bruto a preços correntes e a taxa de desocupação do Estado, compreendendo ao período de 2003 a 2013. A taxa de desocupação é correspondente a região metropolitana de Curitiba. Os dados referentes às MPEs, serão coletados da Junta Comercial do Paraná, o valor adicionado bruto, do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), e a taxa de desocupação, também do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

3.5 Técnica de Análise dos Dados

A técnica de análise envolve a descrição de como será feita a análise dos dados como numa análise quantitativa pode haver análise estatística. A análise tem o intuito de organizar os dados de maneira que torne viável a obtenção de respostas para o problema estudado (GERHARDT e SILVEIRA. 2009).

Para identificar a relação das variáveis, da quantidade de MPEs constituídas com a taxa de desocupação e com o PIB Paranaense, a técnica de análise dos dados utilizada será a análise de regressão simples, que segundo Gujarati (2011), tem por objetivo a verificar causa e efeito de uma variável em outra, se há relação entre uma variável dependente com uma mais variáveis independentes, ou seja, é a obtenção de uma equação que tem por objetivo explicar a variação da variável dependente pelas alterações nas independentes. O modelo utilizado é o seguinte:

$$Y_i = \beta_0 + \beta_1 X_i + \varepsilon_i$$

Y_i = i-ésimo valor da variável resposta;

β_0 e β_1 = os parâmetros ou coeficientes de regressão;

X_i é o i-ésimo valor da variável constante.

ε_i = termo do erro aleatório ou estocástico (inclui todos os fatores desconhecidos que possam influenciar uma relação econômica).

No entanto, para a realização da análise, fez-se necessário ajustar os dados. As taxas de desocupação estavam descritas mensalmente, foram transformadas para anualmente por meio do cálculo da média aritmética simples – somou-se todas as taxas de desocupação de todos os

meses e dividiu-se por 12, total de meses – para ficar similar com a quantidade de micro e pequenas empresas constituídas e o valor adicionado bruto e a que é divulgado anualmente, assim ficando na mesma escala.

O intuito é verificar a relação das micro e pequenas empresas com o desemprego (taxa média de desocupação) e com o PIB Paranaense (VAB). A variável exploratória X é as MPEs constituídas e as variáveis dependentes, serão a taxa média de desocupação e o PIB (representado pelo VAB). Os modelos estimados são os seguintes:

Micro e Pequenas Empresas constituídas e Taxa de Desocupação

$$(1) TD = \beta_0 + \beta_1 MPEconst + \varepsilon_i$$

Onde:

TD = Taxa de Desocupação MPEconst = Micro e Pequenas Empresas constituídas ε = erro estocástico

Micro e Pequenas Empresas constituídas e VAB

$$(2) VAB = \beta_0 + \beta_1 MPEconst + \varepsilon_i$$

VAB = Valor Adicionado Bruto MPEconst = Micro e pequenas Empresas constituídas ε = erro estocástico

A especificação do modelo foi iniciada pela relação entre desemprego e as micro e pequenas empresas, e com base nos estudos de Fabres; Silva; Cavalcanti (2016) e demais estudo que apontam que conforme aumenta a atividade empreendedora, menor é o índice de desemprego, assim espera-se que a taxa de desocupação varie inversamente a quantidade de MPEs constituídas. E, a respeito do segundo modelo, da relação entre o valor adicionado bruto e as MPEs, espera-se que tenha relação positiva, ou seja, que a medida que as MPEs aumentem em quantidade, aumente o VAB, conforme o estudo de Vieira e Santos (2016).

Para mensurar a força ou grau de associação linear as variáveis, será calculado o coeficiente de correlação de Pearson, medida que demonstra a amplitude da força e sentido da relação linear entre as variáveis e representado pelo símbolo r e varia de -1 a +1, onde o -1 indica correlação perfeita negativamente, e +1 correlação é perfeita e positiva, caso o resultado for zero, significa que não correlação entre as variáveis analisadas, quanto mais perto de 1 (independente so sinal) maior é a dependenci estatística linear entre as variáveis (GUJARATI, 2011). O coeficiente de correlação de Pearson é obtido por meio da seguinte fórmula:

$$r = \frac{\sum x_i y_i - (\sum x_i \sum y_i) / n}{\sqrt{[\sum x_i^2 - (\sum x_i)^2 / n][\sum y_i^2 - (\sum y_i)^2 / n]}}$$

Deste modo, existe uma classificação para o coeficiente de correlação, conforme o resultado obtido, em que:

Se $|r| < 0,20$, a correlação é negligenciável.

Se $0,20 < |r| < 0,40$, a correlação é fraca.

Se $0,40 < |r| < 0,60$, a correlação é moderada.

Se $0,60 < |r| < 0,80$, a correlação é forte.

Se $|r| > 0,80$, a correlação é muito forte.

Com auxílio do Excel 2013, será realizado a análise de regressão, evidenciando assim, a reta de regressão, bem como o gráfico de dispersão e o cálculo do coeficiente de correlação de Pearson para vislumbrar a relação existente entre as variáveis estudadas, ou seja, o quanto uma influência na outra.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo serão demonstradas informações relevantes a respeito das micro e pequenas empresas, mercado de trabalho e do PIB do Estado do Paraná e por fim as análises de regressão a respeito da relação das variáveis estudadas. Estas informações tem por intuito ,responder aos objetivos do presente trabalho.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO ESTUDADO

O Estado do Paraná é uma das 27 unidades federativas do Brasil e localiza-se ao norte da Região Sul, sendo um dos três Estados da região sul do país, faz divisa com os Estados de Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, São Paulo e países, a Argentina e Paraguai. Possui área territorial de 199.880,200 km², sua capital é Curitiba. Suas principais cidades, em termos de população são, além da capital, Ponta Grossa, Maringá, Londrina, Cascavel e Guarapuava.

Figura 1 – Localização Estado do Paraná



Fonte: Google Imagens (2017)

O Estado do Paraná, está dividido em 10 mesorregiões e 39 microrregiões, e possui 399 municípios. As mesorregiões agrupam vários municípios de área geográfica com características econômicas e sociais semelhantes. As mesorregiões são: Centro Oriental Paranaense, Centro Ocidental Paranaense, Metropolitana de Curitiba, Noroeste Paranaense, Norte Central Paranaense, Norte Pioneiro Paranaense, Centro-Sul Paranaense, Oeste Paranaense, Sudoeste Paranaense e Sudeste Paranaense (IPARDES, 2017).

Essas mesorregiões se dividem em microrregiões, que são uma aglomeração de municípios limítrofes, com o intuito de unificar a coordenação, a idealização e a efetivação de funções públicas do interesse geral. São 39 microrregiões no Paraná, que são: Apucarana, Assaí, Astorga, Campo Mourão, Cornélio Procopio Capanema, Cascavel, Cerro Azul, Palmas, Cianorte, São Mateus, Curitiba, Faxinal, Florai, Ibaiti e Foz do Iguaçu. Também, a mesorregião de Francisco Beltrão, Goioerê, Guarapuava, Ivaiporã, Irati, Jacarezinho, Jaguariaíva, Lapa, Maringá, Paranaguá, Paranaíba, Pitanga, Pato Branco, Wenceslau Braz, União da Vitória, Londrina, Ponta Grossa, Porecatu, Prudentópolis, Rio Negro, do Sul, Telêmaco Borba, Toledo e Umuarama (IPARDES, 2017).

De acordo com o IBGE (2010), a população paranaense soma 10.444.526 habitantes e IBGE (2017), a população estimada em de 11.320.892 habitantes, ocupando o 6º lugar no ranking dos Estados brasileiros mais populosos, onde vivem 5% da população nacional. A densidade demográfica do Paraná é de 56,25 hab/ km², seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que mede o grau de desenvolvimento econômico e qualidade de vida oferecidos à população é de 0,749, ocupando a quinta colocação no ranking das unidades de federação, sendo considerado alto e com Índice de Gini, que mede a desigualdade social, de 0,5416, sendo este considerado baixo, já que quanto mais perto de 1 mais desigual seria.

A economia do Estado do Paraná é agroindustrial, produzindo soja, milho, trigo, carnes, produtos da área industrial, como bens duráveis e não duráveis e parte de suas produções são exportadas, se posicionando entre os dez Estados brasileiros exportadores. O Paraná é o segundo maior produtor de grãos, e maior produtor de carnes de aves. O maior comprador da produção do Estado é a China e também é o país que o Paraná mais adquire produtos. Se tratando de crescimento econômico, o IparDES demonstra que o Produto Interno Bruto (PIB) do Estado do Paraná representa 6,0% do PIB brasileiro, sendo a quarta maior economia nacional, ficando atrás do Estado de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, com PIB de 348.084 bilhões de reais (IPARDES, 2017).

Segundo IBGE, censo de 2010, o Paraná possui um total de 3.298.297 domicílios, estes são caracterizados como próprios, alugados, cedidos e outras condições. Desse modo, no Estado 2.360.350 domicílios são próprios, alugados 611.793, cedidos 304.107 e outras condições 22.047 domicílios. E os domicílios possuem seus rendimentos mensais, divididos por classe,

tendo como base a quantidade de salários, o rendimento mensal dos domicílios paranaenses, são demonstrados na tabela 1.

Tabela 1 - Renda dos Domicílios Paranaenses.

RENDA MENSAL DOS DOMICÍLIOS PARANAENSES - 2010	
Rendimento (salário mínimo)	%
Ate 1	8,99
1 a 2	19,26
2 a 3	17,13
3 a 5	22,58
5 a 10	18,82
10 a 20	7,18
Mais de 20	3,31
Sem rendimento	2,69

Fonte: Elaboração própria da autora com base nos dados do IparDES (2017).

De acordo com a tabela 1, o que mais chama atenção é que a maior parte dos domicílios sobrevivem com renda mensal de até 3 salários mínimos, isto é, 49,4% dos domicílios e 2,69% nem possuem rendimentos. Outros dados a respeito dos domicílios paranaenses são importantes colocar, do número total de domicílios, 99,26% tem acesso a água canalizada, 99,63 possui esgoto e 90,41% tem o lixo coletado e 97,57% tem acesso à energia elétrica (IPARDES, 2017).

4.2 MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO PARANÁ

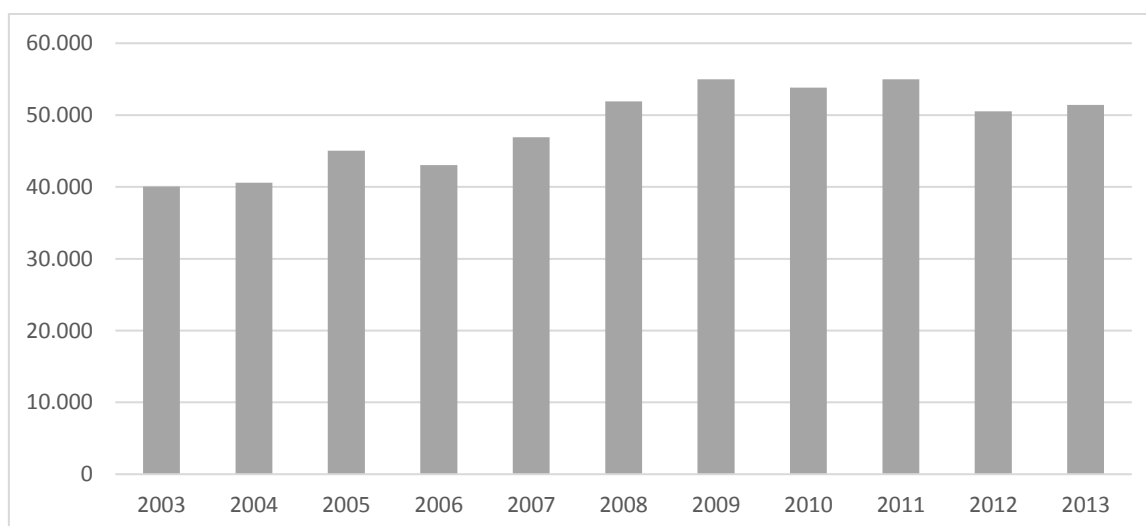
As microempresas e pequenas empresas, são de essencial relevância para a economia de um país, região ou cidade, devido a sua capacidade de gerar empregos. Estudos demonstram essa relevância, para a geração de empregos, mas também para redução das desigualdades econômicas. Atuam no combate à informalidade, causam um estímulo extra na competição econômica gerando novas oportunidades, auxiliam as grandes empresas nos processos e desenvolvimentos (PUGA, 2002).

O crescimento da importância econômica das pequenas empresas, se deu devido a mudanças no meio empresarial, devido às incertezas do mercado internacional, do desequilíbrio da demanda, e na mudança das necessidades dos consumidores. Essas mudanças, fazem com que as grandes fiquem obsoleta e não deem lucros, enquanto que as empresas pequenas, devido a suas estruturas mais versáteis, têm melhores oportunidades para crescerem e gerarem vagas de emprego.

No período de 2003 a 2013, no Estado do Paraná foram criadas MPEs, com um total de 533.284, podendo ser resultado de ações do governo, que reduziu a alíquota, que é cobrada no simples nacional. Enquanto a alíquota média nacional do simples é de 5,2%, as micro e pequenas empresas paranaenses pagaram 4,7% em média de impostos sobre o faturamento (JUCEPAR, 2017).

Também, vale salientar que o Paraná possui o Programa Bom Negócio e o Banco do Empreendedor, este para impulsionar investimentos com taxa de juros menores e aquele para capacitação do empreendedor, assim impulsionando o crescimento das MPEs e novos empreendedores (JUCEPAR, 2017). Deste modo, quantidade de micro e pequenas empresas, constituídas durante o período analisado são demonstradas no gráfico 3, sendo constituída em média cerca de 48.480 MPEs ao ano.

Gráfico 3 – Evolução do número de MPEs constituídas no Paraná de 2003 a 2013



Fonte: Elaboração própria da autora com base nos dados da JUCEPAR (2017).

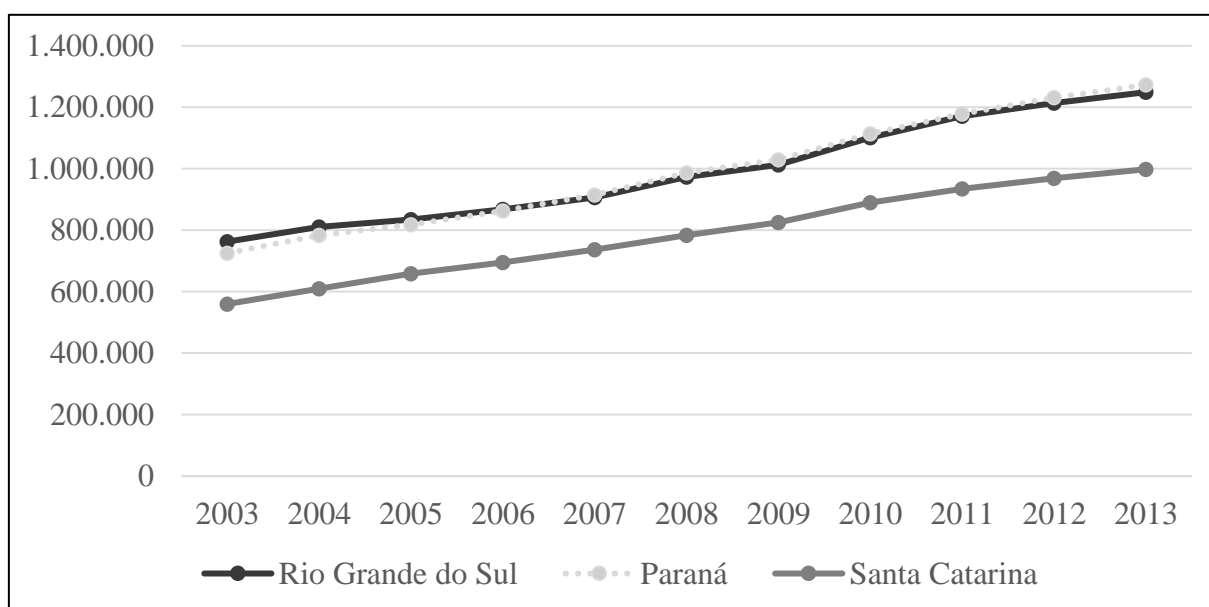
O gráfico 3 demonstra o total de MPEs constituídas a cada ano no Paraná. No ano de 2003 foram geradas 40.031 MPEs, no ano de 2007 foram 46.921, no ano de 2011 já passava

dos 55 mil empreendimentos e houve uma redução para 51.404 micro e pequenas empresas constituídas dois anos depois, 2013. Também pode ser explicada a evolução da quantidade de micro e pequenas empresas abertas, por meio de duas formas, por necessidade ou por oportunidade.

A primeira, pode ter impulsionado a abertura de MPEs a falta de emprego e a baixa perspectiva de futura dos indivíduos, fazendo com que estes criem seu próprio negócio, como um modo de se manter financeiramente, isto é empreendedorismo por necessidade. A segunda, é por meio de percepção de uma oportunidade de abrir o seu próprio negócio, um novo produto ou serviço a ser ofertado, e para isso, o indivíduo possui habilidades de como atuar no ambiente em que seu empreendimento será inserido, isto é, empreendedorismo por oportunidade.

Durante o período de 2003 a 2013, o Paraná, foi o quarto Estado que mais gerou empregos por meio das micro e pequenas empresas, ficando atrás de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro (SEBRAE; DIEESE, 2015). Entre os Estados da região sul, foi o que mais gerou empregos nas micro e pequenas empresas (MPEs), tendo uma pequena vantagem sobre o Estado do Rio Grande do Sul, conforme o gráfico 04 apresenta.

Gráfico 4 – Quantidade de empregos gerados por MPEs entre os anos de 2003 e 2013



Fonte: Elaboração própria da autora com base nos dados do DIEESE; SEBRAE.

Com base no gráfico 04, no ano de 2003, as micro e pequenas empresas no Paraná, geraram mais de 725 mil empregos, enquanto que as do Rio Grande do Sul, geraram mais de

763 mil, e Santa Catarina, 560 mil. No ano de 2008, Paraná passa a dianteira gerando 986 mil de postos de empregos e Rio Grande do Sul, com 973 mil e até 2013 manteve-se na primeira posição passando 1.27 milhão de postos de emprego, frente 1.242 milhão do segundo colocado, Rio Grande do Sul. Uma média de 992.658 postos de empregos foram gerados anualmente.

Desses empregos pelas micro e pequenas empresas no Paraná no ano de 2003, eram 25,6% criados na capital Curitiba e 74,4% eram gerados no interior do Estado, no ano de 2013, isso teve uma pequena alteração, na capital reduziu para 23,0% e o interior subiu para 77,0% (SEBRAE; DIEESE, 2015). Entretanto, durante o ano de 2013, as micro e pequenas empresas paranaenses geraram 1.272.998 vagas de empregos, enquanto que as médias e grandes geraram 908.312 empregos, sendo as MPEs, responsáveis por 40,78% dos empregos formais no Estado.

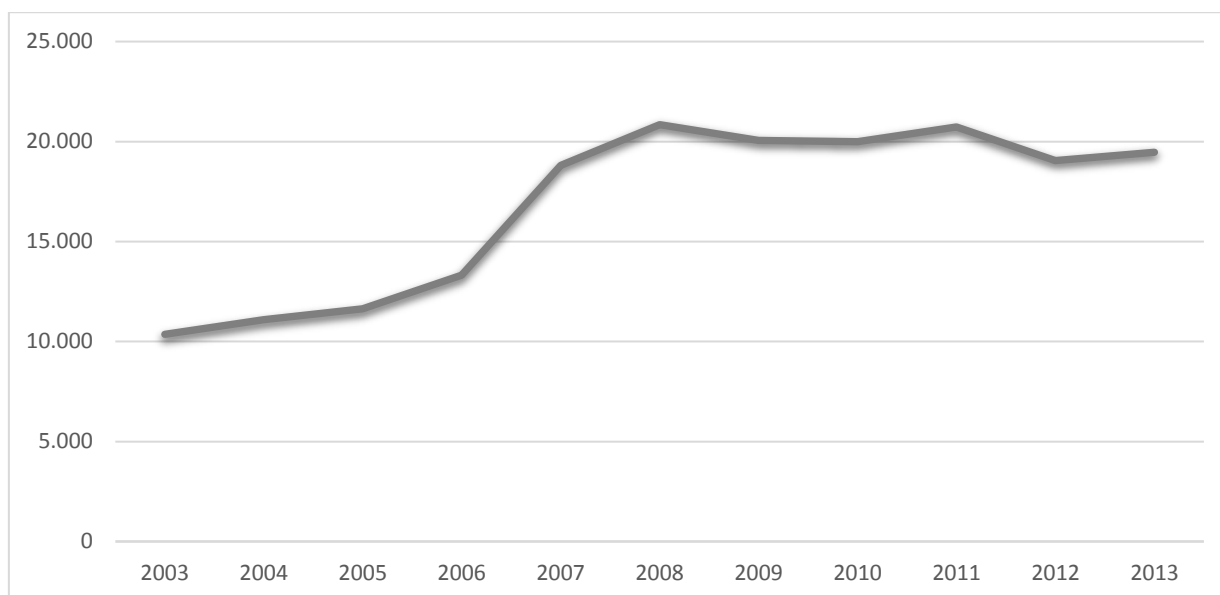
Deste modo, distribuído por setor de atividade econômica, no ano de 2013, o número de empregos gerados pelas MPEs no Paraná, a indústria foi responsável por criar 322.469 postos de empregos, a construção 95.374, o comércio por 500.028 e o de serviços por 355.127 empregos. Sendo o setor do comércio gerador de 39.3% do total de empregos criados (SEBRAE e DIEESE, 2015).

Silveira, et al (2012), salienta que as micro e pequenas empresas ao serem abertas, criam empregos, que impacta na redução da pobreza, mediante aumento da renda das famílias. Ainda salienta, que as MPEs, são fonte de inovação, que impacta no desenvolvimento de talento empreendedor e assim, promovem dinamismo na economia.

Segundo Kruglianskas (1996), um grande número de MPE na economia reduz a centralização de mercado, levando mais distribuição de renda. Desse modo admite mais dinamismo, e leva a redução inflação causado pelos oligopólios que possui muito poder em estabelecer preços no mercado. Conforme IBGE (2003). As MPEs atuam como um atenuante do desemprego e contribuem para o crescimento e desenvolvimento.

Entretanto, micro e pequenas empresas são fechadas, deixam de existir, e muitas são as respostas para explicar o sucesso das empresas, porém não têm estudos precisos para a extinção das mesmas. A extinção de uma empresa é a baixa formal junto aos órgãos oficiais competente. Assim, faz-se necessário evidenciar as MPEs extintas, o gráfico 05 mostra a evolução das extinções das micro e pequenas empresas, no Estado do Paraná no período estudado, de 2003 a 2013.

Gráfico 5 – Quantidades de MPEs extintas no Paraná - 2003 -2013



Fonte: Elaboração própria da autora com base nos dados da JUCEPAR.

Conforme evidenciado no gráfico 05, entre os anos 2003 e 2013, ocorreu a extinção de 212.776 micro e pequenas, uma média de 17.731 MPEs extintas por ano. No ano de 2003, houve a extinção de aproximadamente 10.360 MPEs, em 2008, já passava de 20.000 e no ano de 2013, houve uma redução indo para 19.458 micro e pequenas empresas extintas durante o ano. Ainda, permite salientar que houve mais abertura de micro e pequenas empresas do que extinção.

Portanto, os principais contribuintes para a extinção das micro e pequenas empresas são a falta de planejamento e o descontrole na gestão (FORTES, 2013). Para Chiavenato (2007), são: a falta de experiência do empreendedor, baixo nível de escolaridade do empreendedor, acesso restrito ao crédito e falta de mão-de-obra qualificada, dívidas, baixo volume de vendas, juros elevados, entre outras. Para evitar que venham a extinguir é necessário o empreendedor conhecer bem o ramo em que atua, elaborar plano de negócio e administrar adequadamente os recursos disponíveis (CÔRTE REAL, 2012).

4.3 MERCADO DE TRABALHO NO PARANÁ

O desemprego resulta da redução da propensão a consumir e do nível de investimento, pois, estes, determinam o nível de emprego, que impacta no nível dos salários reais (KEYNES, 1985). A População Economicamente Ativa (PEA), envolve os indivíduos que possuem de 10

a 65 anos de idade, foram enquadradas como desocupadas ou ocupadas na semana em que foi realizada a pesquisa (IBGE, 2017). No gráfico 6, apresenta-se a População Economicamente Ativa (PEA) do Paraná total e conforme a divisão por sexo.

Gráfico 6 – População Economicamente Ativa no Paraná (em números absolutos).



Fonte: Elaboração própria da autora com base nos dados do IPEADATA (2017).

Conforme o gráfico 6, percebe-se que as pessoas do sexo masculino são maioria em relação ao total da PEA, porém, as do sexo feminino tiveram pequeno aumento de sua participação até 2013. No ano de 2003, 56,44% da PEA paranaense era constituída por homens, enquanto que a das mulheres era de 43,56%. Em 2013, a participação das mulheres no total da PEA era de 44,47%, isto demonstra que está aumentando mesmo que vagarosamente o número de mulheres em busca de emprego.

A População Economicamente Ativa (PEA) do Paraná, segundo a divisão pela situação de domicílios, demonstra que a população urbana constitui grande parte e também que a população do meio rural está reduzindo. Isso é evidenciado na tabela 3. No ano de 2003, 81,19% da PEA do Estado era constituída pela população urbana, e a população rural era de 18,81%. No ano de 2013, a população rural era de 12,75% de representação na PEA total. A tabela 2 demonstra a PEA paranaense.

Tabela 2 – População Economicamente Ativa do Paraná por Domicílios (em mil pessoas) entre 2003 a 2013.

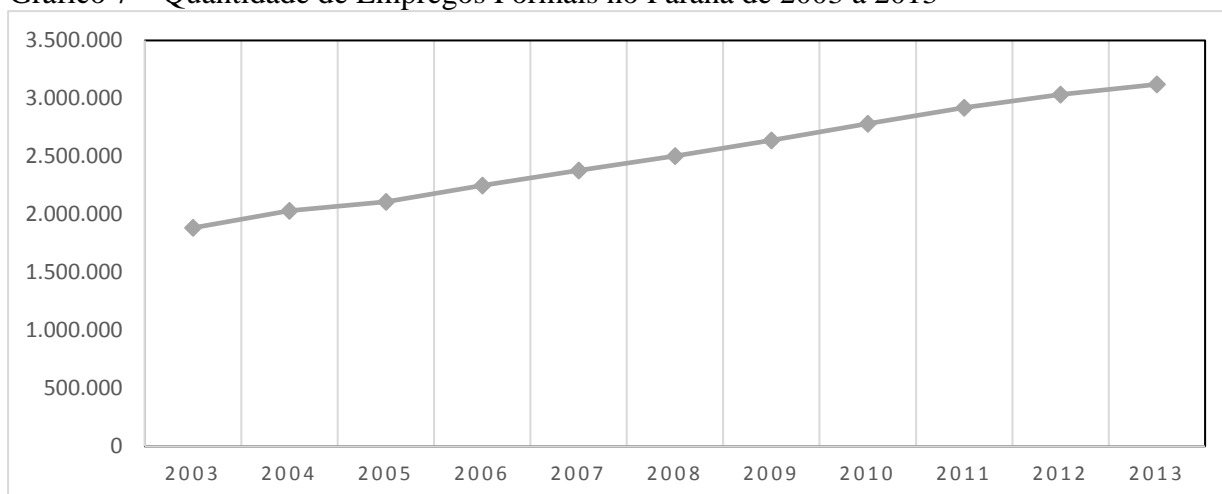
Ano	Urbana	Rural
2003	2.506	666
2004	2.598	701
2005	2.680	661
2006	2.731	694
2007	2.838	679
2008	2.830	667
2009	2.977	707
2011	2.961	563
2012	3.006	562
2013	3.144	553

Fonte: Elaboração própria da autora com base nos dados do IBGE (2017).

Conforme evidencia a tabela 2, há redução de pessoas economicamente ativa na área rural, e o aumento número de pessoas economicamente ativas na área urbana, pode estar ocorrendo devido ao fato das pessoas estarem deixando o campo e vindo morar nos centros, nas cidades em busca de melhores condições de emprego.

Além disso, a quantidade de empregos formais no Estado aumentou durante o período estudado. No ano de 2003, existiam 1. 884. 380 de empregos formais no Paraná e veio em crescente avanço até 2013, chegando 3.167 134 de empregos gerados, conforme evidencia o gráfico 7.

Gráfico 7 – Quantidade de Empregos Formais no Paraná de 2003 a 2013



Fonte: Elaboração própria da autora com base nos dados do Iparades (2017).

De acordo com os dados evidenciados no gráfico 7, como o próprio título do gráfico descreve, são empregos formais criados no Estado. Esses empregos são os com carteira assinada, conforme determina a legislação trabalhista, desconsiderando o emprego informal, isto é, empregados e trabalhadores domésticos sem carteira assinada e trabalhadores por conta própria.

Com relação a evolução dos empregos formais no Paraná faz-se necessário evidenciar como foi distribuído entre a população, para melhor caracterização do mercado de trabalho no Estado. De acordo com a divisão por sexo, a maioria dos postos de emprego foram ocupadas por pessoas do sexo masculino. A tabela 3, mostra que as mulheres vêm ao longo do período, ocupando mais vagas de empregos, mas em menor número que os homens.

Tabela 3 – Empregos Formais no Paraná por Sexo entre os anos de 2003 e 2013)

Ano	Masculino	Feminino
2003	1.127.445	756.935
2004	1.210.083	822.687
2005	1.241.930	867.418
2006	1.307.045	944.245
2007	1.382.886	996.045
2008	1.440.518	1.063.409
2009	1.500.658	1.137.131
2010	1.589.560	1.194.155
2011	1.660.148	1.260.129
2012	1.689.439	1.344.226
2013	1.735.501	1.385.883

Fonte: Elaboração própria da autora com base nos dados do IPARDES (2017).

Percebe-se que a quantidade de pessoas do sexo masculino empregados é sempre maior que as do sexo feminino. Em 2003 representavam 59,83% dos empregados, em 2008, representava 57,53% e em 2013, 55,6%, indicando que o número de mulheres empregadas vem aumentando durante o período.

Acredita-se que, apesar, da quantidade mulheres no mercado trabalho estar aumentando timidamente, logo será mais mulheres empregadas do que homens, pois, cada vez mais as

mulheres estão buscando se qualificar e a independência financeira. Percebe-se isso, em inscrições em cursos de diversas instituições, onde a maior parte são pessoas do sexo feminino.

No entanto, deve ser levado em consideração que a quantidade empregos formais, incluem os empregos gerados pelas micro e pequenas, médias e grandes empresas e também de microempreendedor individual, a partir de 2009, deste modo todos os setores da economia e também do setor público.

Um dado importante, é a contribuição do setor público na quantidade de empregos gerados no Estado comparado com as micro e pequenas empresas. Após, calcular a média aritmética anual dos empregos gerados tanto pelas MPEs e pelo setor público, chegou-se ao dado que o setor público, gerou em média 409.584 postos de empregos anualmente no Paraná, frente a média anual de 992,658 empregos, das MPEs.

Assim, as micro e pequenas empresas foram responsáveis em média por 39,35% dos empregos formais anualmente no Estado durante o período de 2003 e 2013, enquanto que, o setor público foi responsável por 16,45 em média dos empregos gerados. Desta maneira 44,2% dos empregos foram gerados por médias e grandes empresa e microempreendedor individual.

A taxa de desocupação no Estado do Paraná, que diz respeito a percentagem das pessoas desocupadas, em relação às pessoas economicamente ativas (denominado desemprego aberto), vem na contramão da quantidade de emprego, o que é bom e necessário para o crescimento do Estado.

Deste modo, com a taxa de desocupação média anual paranaense, que foi obtida a partir do cálculo da média aritmética, como descrito na metodologia, reduziu durante o período estudado, sendo isso de grande valia, pois quanto mais pessoas empregadas, sugere impacto em vários aspectos na economia, uma delas é o aumento da renda das famílias que impacta no aumento do consumo e assim por diante, conforme evidencia a tabela 4, no Paraná em 2003 a taxa de desocupação de era 8,91 % e no ano de 2013 a taxa chegou a 2,9%.

Tabela 4 – Taxa média de desocupação no Paraná, período entre 2003 e 2013

Ano	%
2003	8,91
2004	8,12
2005	7,36
2006	6,92
2007	6,24
2008	5,37
2009	5,36
2010	4,45
2011	3,7
2012	3,78
2013	2,9

Fonte: Elaboração própria da autora com base nos dados do IBGE (2017).

De acordo com a tabela 4, nota-se que a taxa de desocupação média anual, reduziu drasticamente durante o período, de 2003 para 2007, houve uma variação de 30% e de 2007 a 2011, variação de 40,7%. Indo de encontro com a quantidade de pessoas desocupadas que reduziu e consequentemente a taxa de desocupação e também com o aumento do número de empregos.

Podem ser os influenciadores da redução, da taxa de desocupação, e do aumento de empregos, as empresas terem investido mais, devido ao aumento de expectativas de lucro, e foram criadas mais empresas no período. E isto, gerou-se mais renda no Estado nesse período, mais dinamismo na economia paranaense, de acordo com Keynes (1985), quanto menor for o nível de desemprego maior a dinâmica econômica.

Vale ressaltar que, quando a taxa média de desocupação no Paraná aumenta implica em vários agravantes. Acredita-se que a falta de emprego leva ao aumento de indicadores de criminalidade, pobreza, também aumenta o número de indivíduos desalojados ou sem lugar

para morar, leva ao aumento de suicídios, entre outros. E também, quando se eleva a quantidade de pessoas desocupadas, ocasiona maior gasto do governo em seguro desemprego, sem falar do quanto essas pessoas poderiam estar contribuindo para a economia se tivessem tendo um salário e adquirindo bens e serviços.

4.4 PRODUTO INTERNO BRUTO PARANAENSE

Apontado como um indicador que merece destaque no olhar econômico e social, o PIB paranaense vem em ascensão nos últimos anos, sendo que no ano de 2003 o PIB paranaense passou 110 bilhões de reais, já em 2013, passava de 333 bilhões de reais, indicando que houve uma expansão da produção de bens e serviços, segundo o IBGE/IPARDES (2017), como evidencia a tabela 5:

Tabela 5 – PIB Paranaense e sua participação no PIB do Brasil

PRODUTO INTERNO BRUTO			
(a preços correntes-R\$ Milhão)			
Ano	Paraná	Brasil	Participação PR/BR
2003	110.039	1.717.950	6,40%
2004	123.452	1.957.751	6,30%
2005	127.465	2.170.585	5,87%
2006	137.648	2.409.450	5,71%
2007	165.209	2.720.263	4,49%
2008	185.684	3.109.803	5,97%
2009	196.676	3.333.039	5,90%
2010	225.205	3.885.847	5,79%
2011	257.122	4.376.382	5,87%
2012	285.620	4.814.760	5,93%
2013	333.481	5.331.619	6,25%

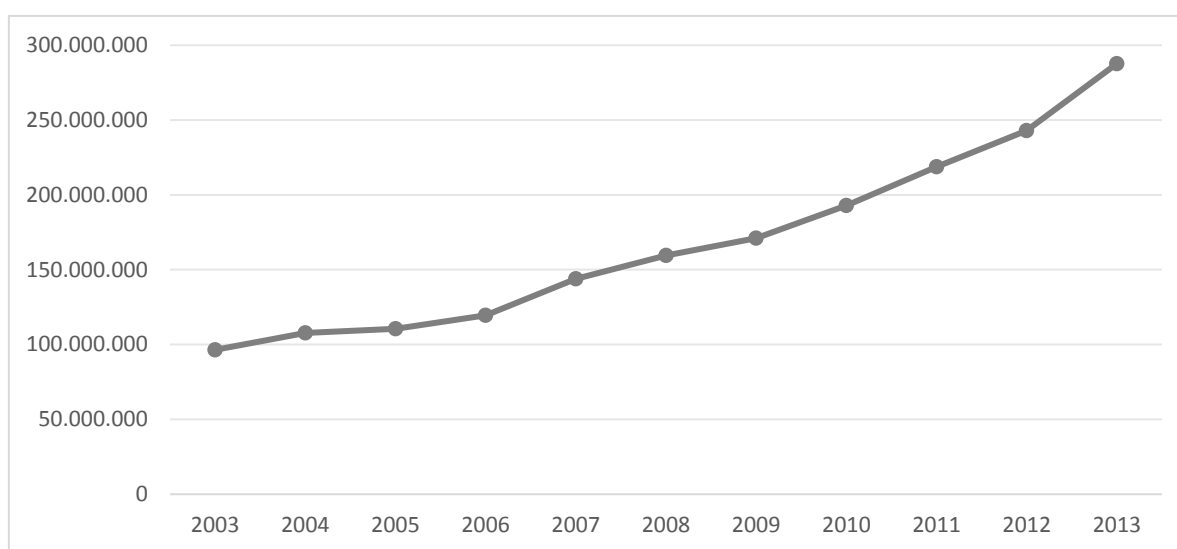
Fonte: Elaboração própria da autora com base nos dados do IBGE/IPARDES (2017).

O Paraná em 2013 assumiu a 4ª posição no ranking dos Estados brasileiros que mais contribuem para formação do PIB nacional, superou o Rio Grande do Sul, segundo dados divulgado pelo IBGE, e a tabela evidencia que o Produto Interno Bruto (PIB) paranaense representava 5,93% no PIB nacional em 2012, passou para 6,25% no ano seguinte. O PIB do

Paraná em 2013, cresceu 5,6%, enquanto que o país cresceu 3,0%, isso ocorreu devido a safra recorde de cereais, leguminosas e oleaginosas, e pelos bons desempenhos da indústria e do setor de serviços (BCB,2016).

Como para a análise será utilizado o valor adicionado bruto (VAB), faz-se necessário caracteriza-lo, VAB é a contribuição que todas as atividades econômicas, é resultado da subtração do valor bruto da produção e do consumo intermediário absorvido por essas atividades. No gráfico 8 evidencia-se a evolução do VAB do Paraná durante o período estudado.

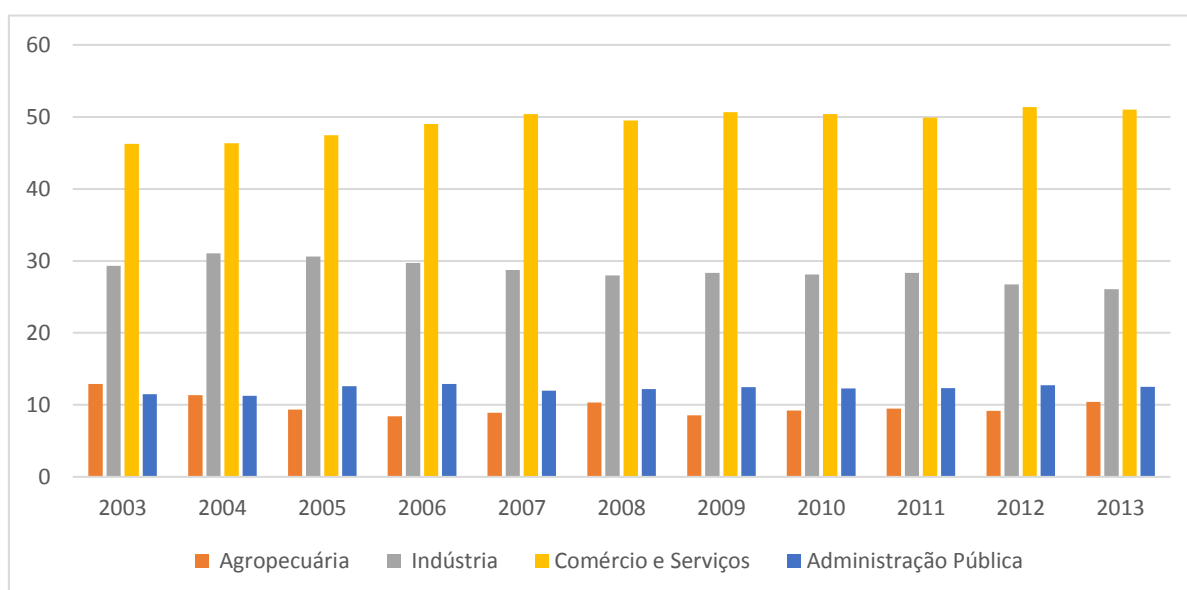
Gráfico 8 - Valor Adicionado Bruto do Paraná a preços básicos (R\$ 1.000,00) entre período de 2003 e 2013.



Fonte: Elaboração própria da autora com base nos dados do Iparades (2017).

Como está demonstrado no gráfico 8, no período de análise, de 2003 a 2013, o valor adicionado do Estado do Paraná, aumentou de R\$ 96,5 bilhões no ano de 2003, para R\$ 287,7 bilhões em 2013. Analisando esses dados por setores da economia, agropecuária, indústria, comércio e serviços e administração pública, é possível ver o quanto cada um, contribui para a composição do VAB total do Paraná, conforme evidenciado no gráfico 10.

Gráfico 9 - Composição do Valor Adicionado Bruto do Paraná por setor (%) - 2003 a 2013

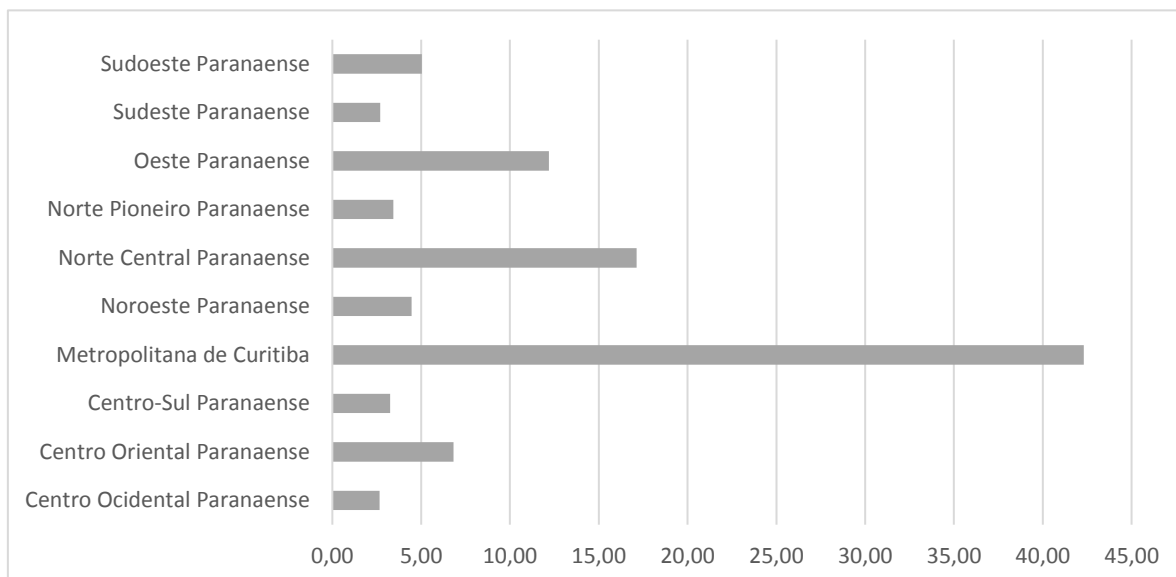


Fonte: Elaboração própria da autora com base nos dados do IparDES (2017).

Conforme o gráfico 9, o que mais chama atenção é o setor de serviços, em 2003 compunha 46,26% do valor adicionado bruto do Paraná, e em 2013, representava 51,02%, e também, o VAB da indústria, no primeiro ano respondia a 29,33%, e em 2012 caindo para 26,74% chegando a representar 25,13% do VAB paranaense.

Buscando identificar a mesorregião que mais contribuiu na composição do VAB, a que mais contribuiu ao longo do período para a composição do VAB paranaense, foram calculadas suas taxas médias no VAB. Desse modo, deu-se como resultado que é a Região Metropolitana de Curitiba, sendo assim, a região com mais importante do Estado, ao longo do período com taxa média anual de participação no período de 42,31%, este dado, é evidenciado no gráfico 11.

Gráfico 10 - Taxa Média de Participação das Mesorregiões Paranaenses no VAB (de 2003 a 2013)

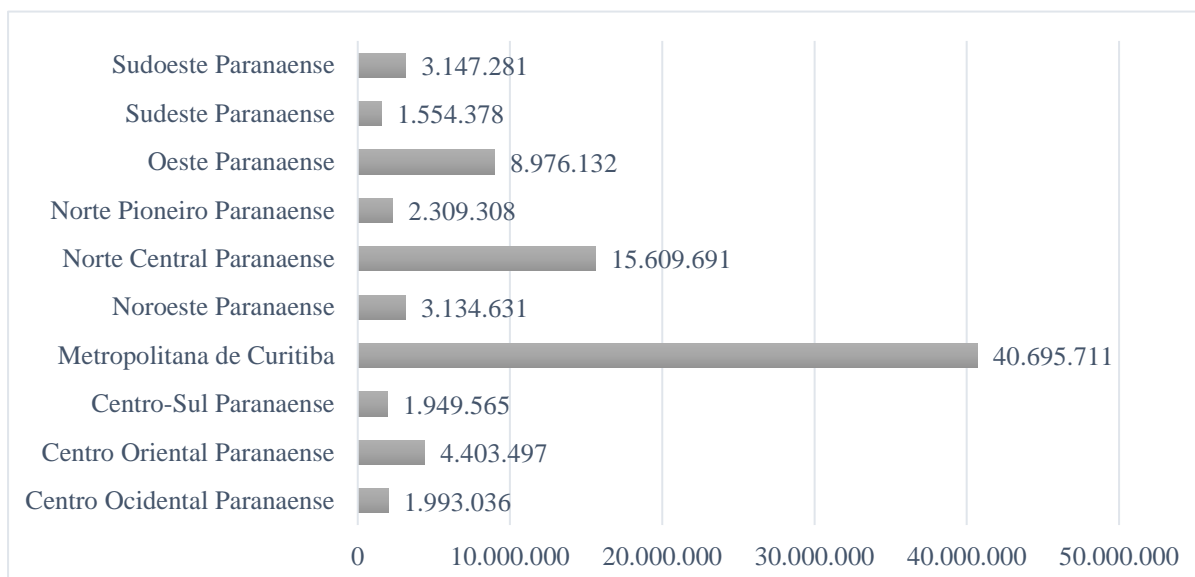


Fonte: Elaboração própria da autora com base nos dados do Iparides.

Como já foi citada, é a Região Metropolitana de Curitiba a mesorregião que mais contribui para a formação do valor adicionado bruto do Paraná, durante os anos de 2003 a 2013, seguida pela Norte Central Paranaense, com taxa média anual de 17,13%, na sequência a Região Oeste Paranaense, representando 12,19% e depois o Centro Oriental Paranaense com 6,82%.

Como já foi evidenciado é setor de comércio e serviços que mais contribuiu para a formação do Valor Adicionado Bruto do Estado no período, buscou-se então identificar a mesorregião que mais contribui para a composição do valor adicionado bruto nesse segmento, realizou a média aritmética do VAB das mesorregiões no período, demonstrando que a região metropolitana de Curitiba é a mesorregião mais importante do Paraná, todos os anos ela gerou em média mais 40 bilhões de reais, sendo evidenciado no gráfico 11.

Gráfico 11 - Participação Média das Mesorregiões Paranaense no Comercio e Serviços entre os anos de 2003 e 2013)



Fonte: Elaboração própria da autora com base nos dados do Ipardes (2017).

Conforme demonstra o gráfico 11, a região Metropolitana de Curitiba, com participação R\$ 40.695.711.000,00 anualmente, seguida pela Norte Central Paranaense com R\$ 15.609.691.000,00 e Oeste Paranaense com R\$ 8.976.132.000,00 no setor de comércio e serviços no Estado. Deste modo, coloca-se que a região metropolitana de Curitiba se desponta como a que mais contribui na composição do VAB do setor de comércio e serviços, por ser extremamente urbanizada.

Com base nos dados evidenciados, pontua-se que o VAB do Estado do Paraná aumentou entre os anos de 2003 e 2013, devido ao aquecimento da economia paranaense, pois, houve aumento na produção de bens e serviços, que para isto, deve se haver aumento nos investimentos, e assim gerou-se aumento do número de empregos e reduziu a taxa de desocupação.

4.5 ANÁLISE DAS REGRESSÕES

Com o intuito de responder um dos objetivos deste estudo, as regressões foram realizadas para averiguar como a taxa de desocupação se relaciona com as micro e pequenas empresas constituídas. Vale ressaltar que os coeficientes estimados expressam o impacto da variável independente na variável dependente, isto é, a influência da variável na explicação do fenômeno estudado, ou, o que a independente contribui na dependente.

O vínculo ou relação entre cada variável com o erro padrão admite calcular a estatística t , que tem por objetivo identificar o nível de significância estatística, a partir disso, deve-se tomar como variável para explicar o fenômeno se seus coeficientes são estatisticamente significativos. Nesta pesquisa, os valores de significância devem ser iguais a 0,05 ou 5% ou inferiores, para serem considerados significativos. Desse modo, o indicador não significativo será considerado como variável não relevante, assim, sendo explicado por outra variável.

No entanto, faz-se necessário esclarecer que quando se adapta o modelo de regressão, é essencial constatar umas particularidades e hipóteses subentendidas na análise. Desse modo, precisa-se primeiro verificar a competência de o modelo prever a variável dependente, isto é medido pelo R^2 e pelo R^2 ajustado, que possuem valores que perpassam entre zero e um. Desta maneira, para a análise neste trabalho, ponderando que a regressão é baseada em dados relativos a um determinado período de tempo, quanto mais próximo de 1 o R^2 ajustado for, maior é a capacidade de explicação do fenômeno pela variável independente.

A partir disso, será apresentada a análise dos modelos de regressão descrito na metodologia, os quais tem por objetivo mostrar a relação entre MPEs constituídas com a taxa de desocupação e com o PIB (VAB) no Paraná. Ressalta-se que se espera que as micro e pequenas empresas sejam contribuídas para a redução da taxa de desocupação, como já citado neste trabalho elas são geradoras de postos de emprego. Será mostrado primeiro o resultado da relação entre MPEs constituídas e a taxa de desocupação, evidenciado na tabela 6 os resultados do modelo de regressão.

Tabela 6 – Resultados do modelo de regressão - MPEs Constituídas e Taxa Média de Desocupação

Variáveis	Coefficiente	t	Sig. (p-valor)
Constante	20,2628	7,124253	5,52E-05
MPE const.	-0,00029	-5,13816	0,000613
R^2	0,745767	-	-
R^2 Ajustado	0,717519	-	-
Teste F	-	-	0,000613
Número de observações	10	-	-

Fonte: Elaboração da Autora.

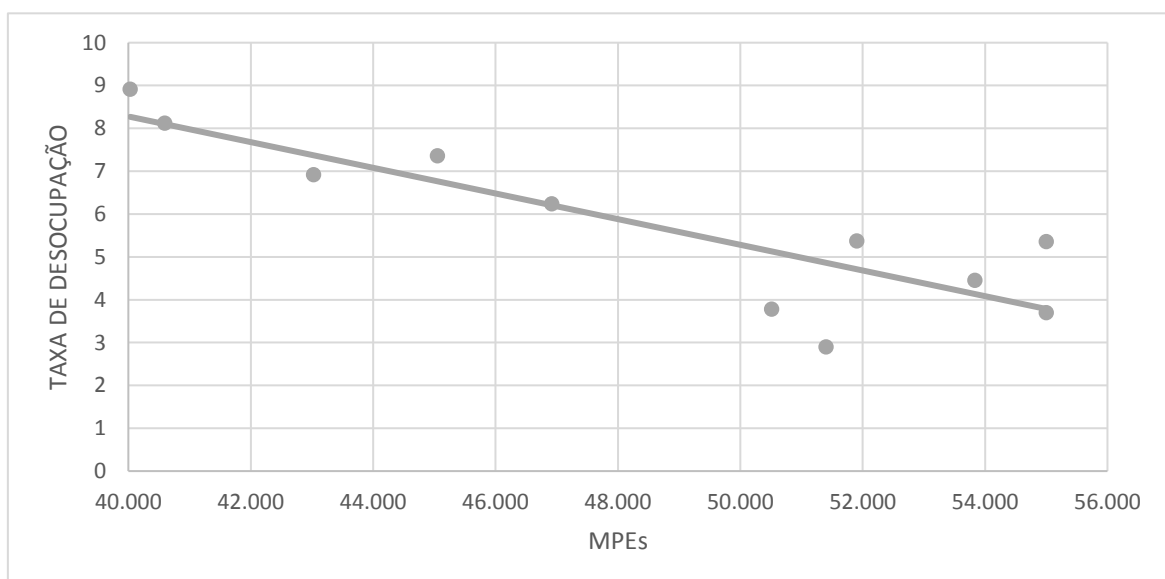
Com base nos dados tem-se a linha de regressão estimada:

$$TD = 20,2628 - 0,00029(MPE_{const}).$$

O Teste F, de análise de variância mede, a significância do modelo. Pode ser verificado que o F, com valor de 0,000613, tem significância próxima de zero, mostrando-se adequado. Desse modo, pode-se rejeitar a hipótese nula, indicando que a variável independente é significativa para explicar a variável dependente. A respeito dos coeficientes é indispensável analisar o teste T, o qual exibe valores de significância do teste T de 5,52E-05 e 0,000613, próximos de zero, aceitando a variável como relevante para explicar o fenômeno, os coeficientes são estatisticamente significativos. É importante avaliar a significância dos coeficientes estimados (teste t), pois estes, consentem verificar a relação que existe entre as variáveis dependente e a independente.

Entretanto, o coeficiente de determinação que demonstra a capacidade do modelo, se ele é explicativo, esclarece que sim, tem-se, o R^2 ajustado igual a 0,71, sugerindo que o modelo explica em 71% o efeito da criação de Micro e pequenas Empresas sobre a taxa de desocupação no Paraná, apresentando alto valor explicativo. No gráfico 12, verifica-se que tem relação negativa entre micro e pequenas empresas constituídas e a taxa de desocupação, levando a pontuar que quanto maior é quantidade de MPE constituídas ou criadas, menor é a taxa de desocupação.

Gráfico 12 - Relação entre Micro e Pequenas Empresas constituídas e taxa de desocupação



Fonte: Elaboração da autora

Assim, tem-se como resultado da análise de regressão, que existe um efeito negativo e expressivo das MPEs constituídas, isto é, à medida que aumenta o número de empresas constituídas, diminui a taxa média de desemprego. Desta maneira, implica em pontuar que a medida de mais MPEs são abertas, mais pessoas empregadas, absorvendo mão de obra, que implica em mais renda para as pessoas, assim impactando no aumento do consumo, gerando dinamismo na economia do Estado. O aumento de 1000 micro e pequena empresa, reduz 0,29 na taxa de desocupação.

Como na análise das micro e pequenas empresas constituídas com a taxa média de desocupação, realizada antes, tem-se na tabela 7, os resultados da análise de regressão das MPEs constituídas com o Valor Adicionado Bruto (VAB), onde evidenciando que a relação entre as variáveis não apresenta efeito positivo.

Tabela 7 – Resultado da regressão - MPEs constituídas e o VAB

Variáveis	Coefficiente	T	Sig. (p-valor)
constante	-2,2E+08	-1,81191	0,1034
MPEs	8036,58	3,208889	0,0106
R ²	0,533605	-	-
R ² Ajustado	0,481784	-	-
Teste F	-	-	0,010678
Número de observações	10		

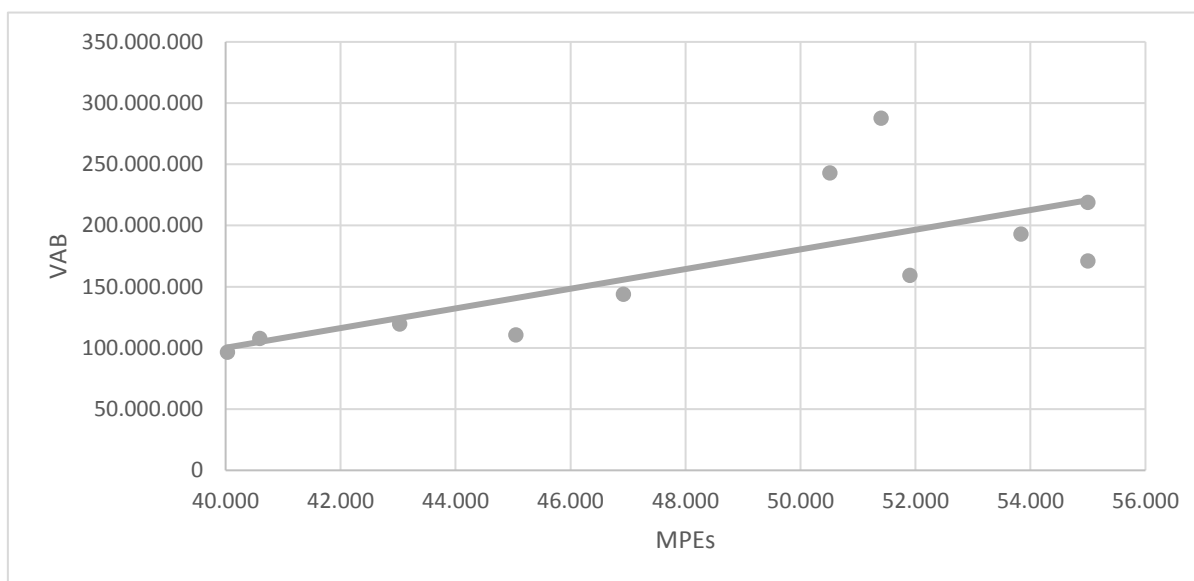
Fonte: Elaboração da autora.

Com base nos dados tem-se a linha de regressão estimada:

$$\text{VAB} = -2,2\text{E}+8 + 8036,58(\text{MPEconst}).$$

O teste T avalia a relação existente entre a variável dependente e a independente, sendo que os valores dos testes de significância, 0,1034 maior que 0,05 não é aceitável e o outro 0,0106 é significativo. Com isso, aceita-se a hipótese nula e rejeita-se que os coeficientes são estatisticamente significativos. Em relação ao teste F, este apresenta valor significativo, podendo dessa forma rejeitar a hipótese nula. No entanto quando, realiza-se a análise do coeficiente de determinação, a variável explicativa apresenta poder explicativo de 0,48, ou seja, o R² ajustado explica a relação entre as MPEs criadas ou constituídas e o Valor Adicionado Bruto em 48%. Para melhor vislumbrar da regressão, pode-se analisar o gráfico 13.

Gráfico 13 - Relação entre Micro e Pequenas Empresas e o Valor Adicionado Bruto



Fonte: Elaboração própria da autora.

Tem-se, que o resultado da regressão, que, apresenta a relação positiva do modelo, indo de encontro com o esperado de que haveria relação positiva entre as variáveis, o modelo evidencia que 48% do valor adicionado bruto é explicado pelas micro e pequenas empresas demonstrando que as MPEs contribuem para o aumento do VAB no Estado do Paraná. A cada 1 MPEs constituída há um aumento de 8.036,58 reais no VAB.

Também foram calculados os coeficientes de correlação de Pearson, com o intuito de verificar a associação entre as variáveis estudadas, em se pode obter valores de -1 a +1, conforme descrito na metodologia, interpretada como a variação de uma variável que é explicada pela variação da outra variável. A tabela 8, evidencia os dados referentes ao cálculo da correlação de Pearson.

Tabela 8 – Correlação de Pearson

Variáveis	R	P-Valor	n
MPEs constituídas e Taxa Média de desocupação	-0,8635	0,000613	10
MPEs constituídas e VAB	0,7304	0,010678	10

Fonte: Elaboração própria da autora.

Ao nível significância de 5%, as correlações mostram-se significativas, a análise entre MPEs e taxa média de desocupação, mostra que há correlação negativa e muito forte de -0,86, quando uma variável aumenta a outra diminui, ou seja, 86% da redução da taxa de desocupação ocorre devido ao aumento de MPEs constituídas. Com relação a segunda análise, demonstra que há e correlação é positiva e forte, com nível de associação de 0,73, isto é, à medida que aumenta a quantidade de MPEs constituídas o VAB aumenta também, 73% do aumento do VAB ocorre devido ao aumento das micro e pequenas empresas.

As regressões deixam claro que existe relação das MPEs constituídas com a taxa de desocupação e com o valor adicionado bruto. Demonstrando que as micro e pequenas empresas (atividade empreendedora), contribuíram para a absorver a mão de obra, impactando na redução da taxa média de desocupação, e explicam 48% do valor adicionado bruto paranaense, sendo consideradas geradoras de emprego e renda.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou analisar a relação das micro e pequenas empresas com o PIB e o desemprego no Estado do Paraná. Para isso usou como variáveis a quantidade de empresas constituídas, coletada da Junta Comercial do Paraná, o Valor adicionado Bruto coletado do Iparde e a taxa de desocupação obtido através do IBGE entre os anos de 2003 e 2013.

No decorrer do trabalho, fica evidente que as micro e pequenas empresas são mais geradoras de empregos que as médias e grandes no Estado do Paraná. Esses empreendimentos, foram responsáveis por 39,35% dos empregos gerados anualmente no Paraná, durante o período analisado.

Os resultados das análises de regressão demonstram que as micro e pequenas empresas são geradoras de emprego, implicando em redução da taxa de desocupação. E contribuem para o aumento do valor adicionado bruto, ou seja com o crescimento econômico do Estado do Paraná. As MPEs são responsáveis por compor 48% do valor adicionado bruto do Estado e são responsáveis 71% da redução da taxa de desocupação.

Assim, faz-se necessário fortalecer as ações já em curso, no caso a alíquota sobre o faturamento, e do Programa Bom Negócio Paraná que contribui para a capacitação e treinamento dos empreendedores e criar novos mecanismos e políticas públicas que impulsionem a constituição de empresas. Deste modo, fazendo com que essas micro e pequenas empresas venham se firmar no mercado, gerando mais postos de empregos e renda, assim, tornando a economia do Estado mais dinâmica, pois, estes empreendimentos são fontes de inovação, e trazem vantagens à economia.

Isto explica o fato do Estado do Paraná ser a quarta economia nacional e ser o quarto Estado em que mais postos de empregos são criados. E também ao criarem postos de trabalho e renda as micro e pequenas empresas movimentam a economia do Estado, ou seja, estimulam o consumo, o investimento das famílias, podendo implicar em melhor qualidade de vida das famílias e colaboram para a arrecadação de tributos que são revertidos em serviços e investimentos de interesse da população.

Como sugestão para novos estudos, seria, analisar o impacto nas micro e pequenas empresas em outras variáveis, como PIB Per Capita, Índice de Gini, IDH, buscando ver se elas contribuem para o desenvolvimento econômico de fato, no período estudado nesta pesquisa ou

de um período de tempo maior, fazendo uma análise maior desses empreendimentos, e assim, poder melhorar as ações voltadas para estes. Podendo até ser realizada no país todo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BCB** (Banco Central do Brasil). Economia Paranaense. 2016. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2016/07/br201607b1p.pdf> > acesso em 31/10/2017.
- BEDÊ, M. A.** SOBREVIVÊNCIA E MORTALIDADE DE EMPRESAS PAULISTAS DE 1 A 5 ANOS. São Paulo: Sebrae, 2004.
- BNDES** (BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL). Disponível em:< <http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/quem-pode-ser-cliente/>> acesso em 25 de junho de 2017.
- CHER, Rogério.** A GERÊNCIA DA PEQUENA E MÉDIA EMPRESA. São Paulo: Maltese, 1990.
- CHIAVENATO, Idalberto.** Empreendedorismo Dando Asas ao Espírito Empreendedor. 2ª ed. São Paulo. Saraiva. 2007.
- CÔRTE REAL, MAURO, -** GESTÃO EMPRESARIAL / Mauro Côte Real. - ed., rev. - Curitiba, PR : IESDE Brasil, 2012.
- CZIMIKOSKI, F.,** O PIB REFLETE O CRESCIMENTO E O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO? Florianópolis, 2015.
- DIEESE, 2017.**< Disponível em:
<http://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaPed.html>> acesso em 12 de junho de 2017.
- DOLABELA, Fernando.** OFICINA DO EMPREENDEDOR / Fernando Dolabela. – Rio de Janeiro: Sextante, 2008.
- FABRES, Suellen F. C. SILVA, Karen de L. CAVALCANTI, Rafael G.** A CORRELAÇÃO ENTRE A MORTALIDADE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E O ÍNDICE DE INFLAÇÃO NO BRASIL. 2016.
- FLICK, U.** UMA INTRODUÇÃO À PESQUISA QUALITATIVA. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.
- FONSECA, J. J. S.** METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- FORTES, Rosilda Lima.** CASO DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS EM SÃO VICENTE. 2013.
- GERHARDT, Tatiana E. e SILVEIRA, Denise T.;** TODOS OS TIPOS DE PESQUISA. UFRGS – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- GIL, A. C.** COMO ELABORAR PROJETOS DE PESQUISA. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GONSALVES, Elisa Pereira. Conversas sobre iniciação à pesquisa científica. Campinas, SP: Editora Alinea, 2007.

GOOGLE IMAGENS, MAPA DO BRASIL, SUAS REGIÕES E ESTADOS. Disponível em:<
https://www.google.com.br/search?q=mapa+do+brasil+com+os+estados+e+regi%C3%B5es&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjxkLvHjvjWAhUFC5AKHZ13BfQQ_AUICigB&biw=1366&bih=613> acesso em 17/10/2017.

GUJARATI, Damodar N. *ECONOMETRIA BÁSICA*. 5º ed. Porto Alegre. AMGH, 2011.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. *As Micro e Pequenas Empresas Comerciais e de Serviços no Brasil*. 2003.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. Disponível em:<
<https://www.ibge.gov.br/>> acesso em 17/10/2017.

IPARDES, INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. <Disponível em:<http://www.ipardes.pr.gov.br/>>acesso em 13 de junho de 2017.

IPEADATA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada Dados Macroeconômicos e Regionais. Disponível em:<<http://www.ipeadata.gov.br/>> acesso em 31/10/2017.

JUCEPAR. JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ. Disponível em<
<http://www.juntacomercial.pr.gov.br/>> Acesso em 10/2017.

KEYNES, John M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. 2 ed., São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Col. Os Economistas).

KRUGLIANSKAS, Isak. *Tornando a Pequena e Média Empresa Competitiva*. São Paulo: Instituto de Estudos Gerenciais e Editora, 1996.

LOPES. Oswaldo U., *PESQUISA BÁSICA VERSUS PESQUISA APLICADA*. Estud. av. vol.5 no.13 São Paulo Sept./Dec. 1991.

MARTINS, Graciane P., *DESEMPREGO ESTRUTURAL NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO*. Florianópolis. 2006.

MOTTA, Flávia Gutierrez. *FATORES CONDICIONANTES NA ADOÇÃO DE MÉTODOS DE CUSTEIO EM PEQUENAS EMPRESAS: ESTUDO MULTI CASOS EM EMPRESAS DO SETOR METAL-MECÂNICO DE SÃO CARLOS*. Dissertação Mestrado. São Carlos: Escola de Engenharia de São Carlos/USP, 2000.

NERY, P. de Almeida. *UMA RESENHA TEÓRICA SOBRE O DESEMPREGO INVOLUNTÁRIO*. Economia e Desenvolvimento, Recife (PE), v. 11, nº 2, 2012

NETO, A. T. da Silva. *MENSURAÇÃO DO GRAU DE INOVAÇÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS: ESTUDO EM EMPRESAS DA CADEIA TÊXTIL-*

CONFECÇÃO EM SERGIPE. Revista de Administração e Inovação, São Paulo, v. 8, n. 3, p.205-229, jul. / set. 2011.

OIT (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO). GUIA PARA A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS NACIONAIS DE EMPREGO / Organização Internacional do Trabalho, Departamento de Políticas de Emprego. - Genebra: OIT, 2013

PLANALTO (2017). LEIS <disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm e
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm> acesso em 21/06/2017.

PUGA, F. P. O Apoio financeiro às micro, pequenas e médias empresas na Espanha, no Japão e no México. Rio de Janeiro: BNDES, 2002 (Texto para discussão nº 96).

RICHARDSON, R. J. PESQUISA SOCIAL: MÉTODOS E TÉCNICAS. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SANTOS, Paulo da C. F., et al, EMPREENDER POR OPORTUNIDADE VERSUS NECESSIDADE: UM ESTUDO COM EMPREENDEDORES CATARINENSES. ENEGEP. Foz do Iguaçu. 2007.

SCHUMPETER, 1934. Torres, Ricardo L. A “INOVAÇÃO” NA TEORIA ECONÔMICA: UMA REVISÃO. IE/UFRJ. s/data. Disponível em:<
http://www.apec.unesc.net/VI_EEC/sessoes_tematicas/Tema6-Tecnologia%20e%20Inova%C3%A7ao/Artigo-3-Autoria.pdf> acesso em 03/07/2017.

SEBRAE; DIEESE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Anuário do trabalho na micro e pequena empresa: 2015.

SILVEIRA, Mário H. F. et al, O Impacto das Micro e Pequenas Empresas no

SOARES, Carlos F. X., CAVALCANTI. Patrícia F. S. O PIB E SEUS DETERMINANTES: UMA ANÁLISE ECONOMÉTRICA PARA O BRASIL. 2014. Disponível em<<http://www.ccsa.unimontes.br/semanadoeconomista/images/arquivos/trabalho2014/O%20PIB%20e%20seus%20determinantes.pdf>> acesso em 09 de junho de 2017.

VASCONCELLOS, M. A. S. ECONOMIA MICRO E MACRO. São Paulo: Atlas, 2004.

VIEIRA, Erica; SANTOS, Fernando de Almeida. ESTUDO DE CORRELAÇÃO ENTRE O CRESCIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, A EVOLUÇÃO DO PIB BRASILEIRO E O DESEMPREGO. ENIAC Projetos, Guarulhos (SP),V.5, n.2, dez. 2016.

VIEIRA, Keila A. A.; RAMOS, Marco A. EMPREENDEDORISMO POR

VILGA, Vaine F. ALIANÇAS ESTRATÉGICAS NO VAREJO: UM ESTUDO DE CASO COMPARATIVO ENTRE AS REDES DE PAPELARIA E FARMÁCIA / Vaine Feroseli Vilga. – Piracicaba, SP, 2006.

VILGA, Vaine Fermoseli; **FARAH**, Osvaldo Elias; **GIULIANI**, Antonio Carlos.
PEQUENAS EMPRESAS: A Má Administração e a Alta Taxa de Mortalidade In: Egepe –
Encontro De Estudos Sobre Empreendedorismo e Gestão De Pequenas Empresas. 2005,
Curitiba, Anais... Curitiba, 2005, p. 1371-1383.